



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0905/11	DATA: 29/06/2011
INÍCIO: 15h17min	TÉRMINO: 17h51min	DURAÇÃO: 02h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h32min	PÁGINAS: 57	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CELSO FRAUCHES – Representante da Associação Nacional dos Centros Universitários — ANACEU. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação.

SUMÁRIO: Debate sobre o ensino superior.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 14ª reunião realizada em 15 de junho. Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Peço dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Aceito o pedido de dispensa da leitura, feito pelo nobre Deputado Angelo Vanhoni e pelo nobre Deputado Artur Bruno.

Não havendo discordância com relação ao texto da ata, coloco-a em votação.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que concordam com seu inteiro teor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Comunico o recebimento do Ofício nº B-85, da Líder do Bloco PSB/PTB/PCdoB, Deputada Ana Arraes, que indica o Deputado Gabriel Chalita como suplente da Comissão Especial do PNE.

Ofício nº 405, do Líder do PP, Deputado Nelson Meurer, indicando o Deputado Ronaldo Fonseca como suplente da Comissão Especial.

Convite para a solenidade de formatura dos alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas da Polícia Militar do Distrito Federal, que acontece amanhã, 30 de junho, às 9 horas, no Ginásio Nilson Nelson.

Homenagem póstuma a um frequentador desta Comissão, embora não fosse membro titular e sim suplente, Deputado Federal do meu Estado do Maranhão, o Deputado Luciano Moreira, tragicamente falecido 10 dias atrás; e ao Exmo. Sr. ex-Ministro Paulo Renato de Souza, falecido no dia 26 de junho, Deputado Federal, membro da Comissão de Educação e Ministro de Estado, que marcou a sua presença com atos e atitudes que só melhoraram a educação brasileira.

A pauta de hoje prevê audiência pública destinada a debater o ensino superior, com os seguintes convidados: Dr. Luiz Cláudio Costa, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, a quem peço sentar-se aqui à minha



direita, por favor; Prof. Celso Frauches, representante da Associação Nacional dos Centros Universitários — ANACEU, indicado pelas entidades do setor para representá-las nesta audiência; e Dr. Edward Madureira Brasil, Reitor da Universidade Federal de Goiás e Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES, a quem convido a tomar assento à mesa.

Quero esclarecer que durante quase 4 dias tentamos contato com a ANDIFES, instituição tinha sido referida em todos os requerimentos de Deputados e Deputadas que objetivavam discutir o ensino superior brasileiro.

Lamentavelmente, por razões que desconheço, a ANDIFES, em nenhum momento, retornou os nossos contatos, não enviou qualquer tipo de justificativa para sua ausência e apenas hoje pela manhã tentou-se que um assessor da entidade aqui a representasse.

Esta Comissão não aceita isso, porque Governadores têm vindo aqui, Ministros de Estado têm vindo aqui, convidados têm vindo aqui. Não vejo nenhuma razão para que a ANDIFES, tão acolhida pela Comissão de Educação e, consequentemente, por todos nós, tenha dado tratamento tão pouco respeitoso a esta Comissão, como deu.

Então, vou deixar a placa da ANDIFES aqui colocada, para que todos saibam que a ANDIFES foi convidada e não compareceu, por razões que não esclareceu devidamente.

Na qualidade de Presidente desta Comissão, tenho o dever de defendê-la. Acho que o procedimento da ANDIFES não se coaduna com a importância desta Comissão e com o regime de colaboração permanente e contínuo que temos tido para com aquela instituição, que representa as universidades públicas federais brasileiras.

Feito o registro.

Deputado Newton Lima, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Deputado Gastão Vieira, nosso Presidente. Apenas quero me permitir esclarecer que recebi uma ligação do magnífico Reitor João Martins, da Universidade Federal de Ouro Preto, que assumiu a Presidência da ANDIFES exatamente nesta semana. Ele me pediu



para esclarecer que o seu antecessor, o magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás, Prof. Dr. Edvar Madureira Brasil, em função de dois acontecimentos: a transição, o fim do seu mandato, e os preparativos da SBPC, que ocorrerá naquele Estado, acabou não tendo a oportunidade de se dirigir à V.Exa. com o objetivo de justificar e, mais do que justificar, de explicar-lhe, com o respeito que V.Exa. merece, esta situação de coincidência entre a transição de mandatos e a ocorrência desta nossa audiência pública.

E o Prof. João Martins, atual Presidente da ANDIFES, pede a deferência desta Comissão para que a instituição possa vir aqui, representada por sua pessoa, Reitor e Presidente, numa outra oportunidade, a juízo de V.Exa., para apresentar as contribuições da ANDIFES ao debate do PNE.

Faço esse esclarecimento na qualidade de ex-Presidente da ANDIFES, portanto com espírito de corpo. Aliás, eu fui autor do requerimento para convidar entidades representativas dos vários segmentos do ensino superior brasileiro a virem aqui. Então, peço para remarcarmos, ou para eu reapresentar o requerimento, a fim de que seja apreciado nesta nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Newton, vamos reapresentar um requerimento, fazendo a solicitação. O Plenário aprova, e nós faremos uma convocação, se houver data, para que a ANDIFES possa aqui comparecer. Reitero que o grande momento seria hoje.

Eu quero agradecer, de forma muito sensibilizada, ao Dr. Luiz Cláudio. Eu falei com ele pelo telefone, e ele imediatamente confirmou sua presença. Quero agradecer. Aliás, o MEC tem sido muito gentil com os trabalhos desta Comissão.

Então, vamos apresentar um requerimento. O Plenário decide. Aliás, o requerimento de convite à ANDIFES é de autoria de V.Exa. e do Deputado Ivan Valente. Portanto, V.Exa. poderá reapresentá-lo. Iremos submetê-lo na próxima reunião em que tivermos discussões aqui.

De qualquer forma, desculpe. Mas eu precisava fazer o registro, porque me senti tremendamente incomodado com a maneira como a ANDIFES tratou esta Comissão, a sua Presidência e o seu Relator. Quando a ANDIFES fez um seminário, antecipando-se até à Comissão, V.Exa. abandonou vários compromissos e lá compareceu, representando esta Comissão.



Assunto vencido, vamos aguardar o requerimento de V.Exa.

Dando início aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Dr. Celso Frauches, que representa aqui a ANACEU e outras instituições e que proferiu uma bela apresentação no Senado sobre o assunto específico que vamos discutir hoje.

O senhor tem a palavra pelo tempo de 20 minutos.

O SR. CELSO FRAUCHES - Em nome da ANACEU e dos segmentos da iniciativa privada na área da educação superior, nós agradecemos o convite, em particular em nome do Prof. Paulo Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários e Reitor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Nós vamos rapidamente apresentar a situação das instituições de ensino superior no que se refere à quantidade. Realço que das 2.314 instituições de ensino superior existentes no País — dados do Censo de 2009 —, 90% estão sendo administradas pela livre iniciativa. Prevalecem as faculdades, mas a maioria dos alunos está realmente nas universidades.

Das 186 universidades, 86 estão na área da iniciativa privada, ou seja, 46%, o que também representa um contingente elevado. Dos 127 centros universitários, 95% estão na área da iniciativa privada; poucos centros universitários estão na área da educação pública.

Inicialmente, os CEFETs foram equiparados aos centros universitários. Depois, receberam um tratamento especial. Se observarmos isso no Censo da educação superior, veremos que eles aparecem na mesma relação que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os centros universitários mantêm hoje cerca de 3.600 cursos, de um universo de 28 mil cursos, ou seja, 13%. Se passarmos para a quantidade de alunos, são em torno de 800 mil alunos, de um universo de 6 milhões de alunos mais ou menos. Extrapolando isso para toda a iniciativa privada, isso representa 75% desses 6 milhões.

Estou abordando os números brutos.

A Constituição de 1988 previa o Plano Nacional de Educação. Depois, a LDB, em 1996. Doze anos depois é que veio o primeiro plano, em 2001. Ou seja, o Estado brasileiro relegou durante 12 anos esse tema da maior importância para a educação brasileira. Então, foi feito em 2001. Agora temos o segundo, o Plano 2011/2020.



O Plano 2001/2010 não teve acompanhamento de nenhum órgão, nem do Conselho Nacional de Educação, nem da Comissão de Educação da Câmara, nem da Comissão de Educação do Senado. Ele não foi avaliado durante todo esse período.

Quando se foi elaborar o segundo plano é que uma comissão, designada pelo Ministro Fernando Haddad, naturalmente se encarregou desse detalhe. Essa comissão foi integrada em sua maioria por representantes da área pública, representantes de sindicatos. A iniciativa privada esteve representada nessa Comissão pelo sindicato dos mantenedores de instituições de nível fundamental, médio e superior, a CONFENEN. Ficaram de fora dessa organização o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — CRUB, que representa um universo substancial de alunos, e a iniciativa privada teve apenas alguns delegados. Eu participei da Conferência Nacional de Educação como observador, porque não havia vaga para os delegados.

Vamos, então, ao PNE. As metas da educação superior.

A Meta 12 diz: *“Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”*.

Devemos lembrar que o primeiro PNE previa 30% para essa faixa etária de 18 a 24 anos e chegou em 2010 em torno de 13%. Então, essa diferença de 17% está se pretendendo recuperá-la, aumentando mais 3%, ou seja, mais 20% durante os 10 anos. Essa meta é difícil de ser atingida? Não. É relativamente fácil. Nós vamos falar sobre isso.

Nós tivemos, em números brutos, 6 milhões de matrículas e 1 milhão e 600 mil vagas ociosas em 2010. Ou seja, se preenchêssemos essas vagas ociosas, em 3 anos cumpriríamos o que falta entre 6 milhões e 10 milhões.

Por que esse 1 milhão e 600 mil vagas não foram preenchidas, das quais cerca de 40 mil nas universidades públicas, não só federais, mas estaduais e municipais? A baixa qualidade da educação média, especialmente, é uma das responsáveis pela pouca demanda em algumas áreas. Por isso essas vagas não preenchidas, especialmente na universidade pública, que utiliza geralmente o ENEM



ou uma nota de corte, que os alunos que vêm da escola pública não têm condições de alcançar.

Convém explicar que, na educação básica, acontece o inverso do que acontece na educação superior. Na educação básica, 86% das escolas são mantidas pelo poder público, basicamente o municipal e o estadual. Aí é que está o gargalo para a educação superior poder alcançar aquela meta de 10 milhões. Se não se resolver esse gargalo — acredito que seja muito difícil resolvê-lo nos próximos 10 anos, porque não vejo nenhuma medida concreta para isso —, nós seguramente não a atingiremos.

A outra questão é relativa ao PROUNI e ao FIES. O PROUNI foi uma excepcional iniciativa do Ministro Fernando Haddad. Creio ser o único programa do Governo que realmente ensina a pescar, não é um programa assistencialista. Ele é excelente e inovador. Esse programa, todavia, pega uma faixa etária muito pequena, por causa da renda familiar de 1,5 salário mínimo. O FIES, nesses últimos 2 ou 3 meses — não é, Dr. Luiz? —, teve uma mudança radical e melhorou sensivelmente. Eu acredito que o FIES já deu um salto extraordinário para colaborar para que nós possamos acabar com essa ociosidade nos próximos anos.

Nós pensamos que, sem uma revolução na educação básica, isso vai ser difícil de ser resolvido. Nós, no Senado, falamos em algo parecido com um Sistema Único de Educação Básica. A Constituição Federal já permite isso, e a LDB o permite através da articulação dos diversos sistemas. Devemos lembrar que, na educação infantil e no ensino fundamental, prevalecem os Municípios; na educação média e também fundamental, os Estados.

Se nós mantivermos a situação atual, seguramente estaremos contribuindo para que o ensino superior não atinja aquela meta e continuem acessando o ensino superior alunos vindos da escola pública de nível médio de péssima qualidade. Há exceções? Há, mas essa exceção não contribui para que aquele 1 milhão e 600 mil vagas sejam preenchidas.

Lei de incentivo fiscal para a educação existe nos melhores e mais avançados países do mundo. No Brasil, há lei de incentivo para esportes e para a cultura, e não há para a educação. É inconcebível que isso até hoje não tenha sido feito. Penso que o Ministério da Fazenda não seja muito favorável a isso, mas eu creio que os



ganhos sociais e econômicos advindos de uma lei desse porte seriam de extraordinário alcance.

Em relação ao PROUNI e ao FIES, a sugestão que fazemos é a de que realmente o nível de renda seja ampliado, para que possam abarcar um contingente maior. Sobram vagas no PROUNI, e isso não deveria ocorrer. Não haveria essa possibilidade. O Prof. Luiz Cláudio está aqui e entende disso muito bem. Sobram vagas por quê? Talvez pelo ENEM, por aquela nota de corte, pois grande parte dos alunos não consegue obter a nota mínima, e também pela questão do nível social e econômico.

Os bancos privados deveriam, talvez, ser envolvidos também nisso de alguma forma, e a EAD, a educação a distância, que até agora tem sido tomada muito timidamente pelo Ministério da Educação. Hoje, nós temos quase 1 milhão de alunos na educação a distância de graduação. Na pós-graduação, mestrado e doutorado, há um tabu no sentido de que isso seja impossível. Na área de Direito, se disser isso, a OAB fica em revolução. Eu penso que não há curso tão bom para a educação a distância quanto o curso de Direito.

Desenvolver a EAD com mais fôlego eu acredito que seja uma contribuição para alcançarmos aqueles 10 milhões. Por quê? Nós vamos atingir aqueles rincões do Brasil aonde educação presencial não chega. Eu estou falando de educação a distância de qualidade, tanto pública quanto privada.

Meta 13: *“Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação de nível superior para 75%, no mínimo, do corpo docente efetivo, sendo, do total, 35% doutores”.*

Há uma sutileza nessa meta: ela coloca na mãos dos doutores e dos mestres a qualidade da educação superior. Não é bem assim. Eles são importantes, mas também outros profissionais da educação, do magistério, estão aí. E a LDB permite, que são os especialistas formados no *lato sensu*.

Mas vamos ver a situação hoje dos mestres e doutores. Segundo dados do Censo, de cerca de 360 mil professores, temos 92 mil doutores e 130 mil mestres: 62%, e a meta é 75%. Não é muito difícil pular de 62% para 75% em 10 anos.

Eu não estou entrando num detalhe desse Censo. Onde estão esses doutores na área pública e na área privada? É evidente que a maioria está na educação



superior pública e nas universidades públicas. As instituições privadas, parece-me, detêm em torno de 26% a 30% desses doutores.

Mas temos que levantar uma questão. Eu não vi, nas estratégias dessa meta, algo que possa prevalecer. Existem algumas emendas que podem contribuir para isso. Onde estão esses doutores por região? No Sul e no Sudeste. Maravilha. Setenta por cento desses doutores estão no Sul e no Sudeste. O Norte tem apenas 3% desses doutores, e o Nordeste tem 5% desses doutores. Essas estratégias também devem conduzir o Ministério da Educação a se direcionar para os aspectos regionais e institucionais.

Doutores são essenciais, indispensáveis na universidade, que está envolvida, pela Constituição, com a pesquisa, com a extensão. Mas na faculdade, no instituto superior de educação que está voltado basicamente para a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, como os cursos superiores de Tecnologia, o doutor não é indispensável para essa tarefa. Ali, muito mais importante é o profissional que está atuando no mercado de trabalho, para transferir a sua experiência para aquele curso superior de Tecnologia.

Meta 14: "Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores".

Vamos ver a situação hoje. Nós temos, pelo Censo, cerca de 50 mil concluintes de mestrado e doutorado em 2009. A meta seria 85 mil em 2020, 170% em 10 anos, 17% ao ano. É uma meta difícil de ser alcançada? Não, desde que o Ministério da Educação tome algumas medidas que possam facilitar isso.

Vamos para mais uma demonstração de que mestrados e doutorados estão no Sul e no Sudeste. Maravilha. Setenta e um por cento dos mestrados e doutorados. Dos 4.722 mestrados e doutorados, segundo registros da CAPES de maio de 2011, 3.352 estão no Sul e no Sudeste. O Norte tem apenas 4%; e o Nordeste, 18%; Centro-Oeste, que pensamos que é altamente avançado, 7% apenas.

Para o cumprimento dessa meta, eu não vejo claramente no projeto estratégias que possam conduzir ao que eu estou querendo, ao que a iniciativa privada pretende. Mas algumas emendas conduzem a isto: programas institucionais



direcionados para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estimulados, priorizados, financiados pela CAPES, pelo CNPq.

O MINTER e o DINTER são mestrados interinstitucionais ou doutorados interinstitucionais mantidos por universidades, com conceito igual ou superior a cinco. Eles podem levar, com a aprovação da CAPES, esses mestrados para o Norte e Nordeste, associados a instituições públicas e privadas, estimular isso. Isso é pouco estimulado e às vezes pouco difundido. Isso é importantíssimo.

Bolsa no exterior. A Presidenta Dilma disse que está programando um aumento substancial nessas bolsas. Isso deve ser acelerado. Se nós verificarmos, a China, que é um país comunista, mantém um contingente extraordinário de bolsistas nos Estados Unidos, na Inglaterra, nos países dito capitalistas. Por que o Brasil não faz isso também, mandando alunos para a China, para a Índia, para os Estados Unidos, para a Europa, para que esses profissionais voltem e aqui possam realmente contribuir na transferência daquilo que obtiveram lá no exterior?

Consórcios. A ideia de consórcio para a pós-graduação ainda não está muito madura. Em Minas Gerais, o Prof. Luiz Cláudio sabe disso, existe essa iniciativa, de que ele participou e participa, mas é um consórcio de universidade. A ideia era... Há uns 15 anos, eu participei de uma experiência no Rio de Janeiro, que a CAPES aprovou naquela época. Era um consórcio de instituições privadas para manter mestrados e doutorados para aquelas instituições. Isso trouxe um avanço extraordinário que permitia custos menores e possibilidade de alocar doutores e mestres numa região que não estava, naquela época, em condições de receber esses profissionais.

Para finalizar, eu vou concluir com a proposta da educação superior privada das instituições privadas, que estou aqui representando: 10% do PIB e 50% do Fundo Social, o que praticamente todos advogam. A iniciativa privada também advogada que isso seja aplicado na educação pública, especial e prioritariamente na educação básica, para que ela possa ter qualidade e dar dignidade aos alunos dessa área.

A avaliação bienal do PNE. No projeto de lei se fala em quadrienal. Nós procuraríamos que essa emenda fosse bienal. Por quê? Porque 4 anos é um



período muito longo e abrange talvez um tempo que seja difícil para corrigir metas e estratégias que não conseguiram ser implementadas.

Sistema Nacional de Avaliação. Até hoje esse sistema não foi efetivamente implantado. Ele tem sido usado até agora para credenciar e recredenciar as instituições privadas basicamente, autorizar, reconhecer, renovar reconhecimento de cursos. Mas, para avaliar qualidade, para melhoria da qualidade da educação superior, até agora nós não vimos, nos instrumentos aprovados pela CONAES, no que é desenvolvido na avaliação do INEP, algo concreto que avalie realmente a qualidade da educação superior. Esses instrumentos estão centrados em avaliar quantidades: quantidade de doutores, quantidade de mestres, quantidade de livros na biblioteca, quantidade de computadores, quantidade de salas de aula, quantidade de metros quadrados de salas de aula, quantidade de sanitários. Só isso. A avaliação de qualidade realmente não funciona.

E a avaliação que tem sido desenvolvida até agora, através de conceitos criados pelo Ministério da Educação, é uma avaliação que pune e premia. Eu não conheço experiência no mundo que tenha esse tipo de comportamento em relação à avaliação de qualidade. A avaliação de qualidade não pune nem premia; ela busca a melhoria da qualidade do sistema. Até hoje não se avaliou o processo, nem resultados concretos. Avalia-se o quê? O desempenho do aluno no ENADE. O aluno não tem nenhum compromisso com a nota dele no ENADE. Basta ele comparecer e assinar a presença, que ele recebe o seu diploma. Na realidade, isso conduz a um equívoco muito grande, porque se pensa que a iniciativa privada, tendo em vista que recebe conceitos 1 e 2, está como uma péssima qualidade de ensino, quando nós vemos que na educação superior pública as instituições, as universidades públicas recebem aluno nota 5 — dificilmente recebem um aluno nota 4.

Então, quando uma universidade pública coloca na sociedade um aluno nota 5, 4 ou 3, ela não cumpriu adequadamente a sua finalidade. A iniciativa privada, pelo contrário, recebe aqueles alunos que não puderam passar no vestibular de uma universidade pública, onde o ensino é gratuito, e vai para a iniciativa privada, onde o ensino é pago.

A representação paritária da iniciativa privada. Ora, se a iniciativa privada detém 75% das matrículas na educação superior, se detém 90% das instituições de



ensino superior do País, por que na área de educação superior nós não temos uma representação pelo menos paritária, no Conselho Nacional de Educação, na CONAES. A iniciativa privada como um todo tem um representante em treze da CONAES. No Conselho Nacional de Educação, tem um representante em doze da Câmara de Educação Superior. Nas comissões do MEC também a representação, quando ocorre, é de um representante.

Nós não queremos que a nossa ideia prevaleça. Nós queremos ser ouvidos adequadamente. Eu devo, todavia, dar um crédito extraordinário ao Prof. Luiz Cláudio, que assumiu a Secretaria de Educação Superior há pouco tempo, e ele tem demonstrado esse interesse em ouvir a iniciativa privada. É uma iniciativa do Dr. Luiz Cláudio, atual Secretário de Educação Superior. Mas até então não era uma política do Ministério da Educação. Isso também não se reflete na Lei dos Sinais, não se reflete na LDB e não se reflete em nenhuma legislação aprovada pelo Congresso Nacional que dê à educação superior privada a representatividade de que ela necessita e a que ela faz jus nos órgãos colegiados.

Finalmente, só para concluir, educação básica.

Nós não sairemos desse PNE com dignidade se as emendas que privilegiarem o que nós abordamos... Mas essencialmente a educação básica, que não é objeto da minha colocação. Como representante da educação superior, eu sei que isso afeta brutalmente o acesso à educação superior, e não só o acesso, a permanência. Aqueles que conseguem passar num vestibular às vezes relativamente fácil não conseguem permanecer num curso de Sistema de Informação, num curso de Engenharia, num curso de Medicina, num curso de Odontologia e, às vezes, nem num curso de Administração ou de Direito. Por quê? Não sabem redigir adequadamente, não sabem interpretar normas, não sabem produzir um texto. Essa falha básica vem da educação básica, especialmente do nível médio.

A nova metodologia do ENEM eu tenho a impressão que vai contribuir grandemente para que direcione o ensino médio para essa finalidade. O ENEM, hoje, tem uma metodologia de avaliação que realmente pode avaliar o aluno que tenha condições de chegar à educação superior. Ainda o grande problema é que a



maior parte desses alunos que vão para o ENEM são alunos vindos da educação média pública. Então, aí que nós encontramos esse gargalo.

Eu agradeço em nome da ANACEU, em nome da iniciativa privada na área da educação superior a oportunidade de falar com vocês. Estou à disposição para qualquer resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Muito obrigado, Prof. Celso, pelas suas esclarecedoras opiniões, inclusive a respeito do PNE e de tantos assuntos abordados, não só da educação superior como da educação como um todo. Quero parabenizá-lo pela sua apresentação.

Agora, com muita satisfação, passo a palavra para o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Prof. Luiz Cláudio Costa, para que também, num prazo de 20 minutos, possa fazer a sua exposição.

Quero justificar que o Deputado Gastão Vieira, o nosso Presidente, está participando do Grande Expediente, lá no plenário. É por isso que ele não está presente.

Por gentileza, Prof. Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Obrigado, Deputado Alex Canziani.

Primeiro, em nome do Ministério da Educação, agradeço a esta Comissão ter nos chamado aqui neste momento tão importante. Queria fazer uma saudação ao Presidente da Comissão, o Deputado Gastão Vieira, que teve que se retirar. Quero registrar nosso reconhecimento e nosso agradecimento pelo que ele tem feito pela Educação, bem como o nosso Deputado Vanhoni e todos os Parlamentares aqui presentes. Saúdo os demais presentes e o Celso Frauches, agradecendo pela apresentação.

Vejam, o Brasil vive um momento especial no que se refere à educação. Por isso hoje o Plano Nacional de Educação pode ser debatido em outro patamar, que foi, em épocas passadas, por uma série de razões e pelas contribuições que foram dadas por esses anos afora. O Brasil chega hoje com alicerce muito sólido para, de fato, erguer a educação básica, a educação superior e poder apontar rumos que são números alcançáveis para que o Brasil possa avançar.

No que se refere à educação superior, se considerarmos o quadro que temos hoje, veremos que ele é profundamente curioso e interessante. Cinco ações do



Governo Federal permitem ao Brasil alcançar esse número de 33% da meta 12 da educação dos jovens de 18 a 24 anos, nas instituições públicas de ensino superior deste País, e 50% de taxa bruta.

Há um número que, na verdade, é o número real do Brasil, apesar de ser ainda muito baixo. O Brasil tem 17,4% dos jovens de 18 a 24 nas instituições do ensino superior. Por que esse número é o correto? Porque os números apresentados, 12 chegando a 13, não consideram aqueles que já se formaram e têm essa idade. Então, acho que a conta correta é termos 18 a 24 que estão cursando e aqueles que já concluíram. E aí nós chegamos a 17,4%, que é um número um pouco melhor para o nosso País, apesar de ainda ser um número que precisamos aumentar.

Precisamos chegar a 33. É possível? É possível. Como podemos fazer isso? E aqui quero dar o meu testemunho. Primeiro, que a Secretaria de Educação Superior tem o compromisso com a educação superior de qualidade. Quero dar meu testemunho, tenho trabalhado semanalmente e periodicamente com as instituições privadas, e elas têm um profundo compromisso com a educação de qualidade. E nós temos falado isso. O que nos une é a educação superior de qualidade. E o Brasil precisa de uma educação superior de qualidade, conhecendo evidentemente as especificidades do ensino público, do ensino privado, as funções de cada um.

Por isso que quero falar de cinco programas que vão nos ajudar muito e que estão aí consolidados. O Celso Frauches já falou um pouco sobre eles, mas eu gostaria de falar como é que vamos apontar para esses 33%, que significam mais ou menos isto: nós temos que colocar 4 milhões de pessoas no ensino superior. Como é que vamos fazer isso?

E aqui permitam-me dar um quadro curioso para vocês. O Brasil, nos últimos 8 anos, saiu de 300 mil egressos formandos e está chegando a 1 milhão. Então, hoje, há 1 milhão de pessoas formando no País por ano. É um avanço fantástico. Saímos de 300 mil para 1 milhão.

Acontece que estão entrando no sistema hoje 1,5 milhão de estudantes por ano, mas estão saindo do sistema 1,5 milhão de estudantes por ano. Olha que curioso! Há 1,5 milhão de pessoas entrando, pelo sistema de seleção do nosso País, na educação superior brasileira. Egressos formandos: 1 milhão, mas saem do



sistema por ano também 1,5 milhão. O outros 500 mil são evasão, desistência por alguma coisa.

Temos um número profundamente curioso. A nossa taxa líquida hoje é zero. Estão entrando 1,5 milhão, que é um avanço imenso. Nós triplicamos o nosso número de formandos, mas precisamos trabalhar internamente a questão da evasão, da desistência. E nós estamos fazendo esse trabalho.

Esse número me chama muita atenção, porque é muito interessante. É um terço. É um número interessante que estamos trabalhando profundamente, fazendo programas. Ainda amanhã me reunirei com os reitores das federais e com o setor privado para tratarmos da evasão. O que está acontecendo com o nosso jovem? Temos, claro, uma série de motivos para isso, mas estamos trabalhando.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Essa evasão estou somando os dois sistemas. Eu tenho o número separado, mas estou somando os dois sistemas. Quinhentos mil jovens hoje saem do sistema. Então, vejam, ficamos com essa taxa líquida de zero. Temos que aumentar a entrada, mas temos que também garantir a permanência. É um trabalho interessante.

Eu digo isso porque, nos últimos anos — aí vou falar dos cinco projetos que estamos fazendo —, tivemos a grande expansão do sistema federal de ensino superior. Nós tivemos a interiorização das universidades, criação de universidades, criação de novos campos. Nós avançamos bastante. Isso é importante. Duplicamos as vagas das instituições federais, com qualidade. Chegamos a 220 mil vagas, saindo um pouco mais de 110 mil. Duplicamos as vagas para engenharia, as vagas para licenciatura. Então, esse projeto foi interessantíssimo e permitiu ao Brasil ter...

E digo sempre ao setor privado que a expansão das instituições públicas é extremamente importante para o sistema superior. Ela não compete, na realidade, ela qualifica, norteia e faz com que se potencialize a demanda para o ensino superior no Brasil.

Evidentemente, esse processo de expansão continua. Precisamos avançar mais, há locais que precisamos chegar com o ensino superior brasileiro. Isso permite um avanço de vagas.



Depois, tivemos os institutos federais, uma das propostas pedagógicas mais belas que se construiu nesse País. Os institutos federais associam a presença na educação tecnológica com 20% também dos seus cursos na formação de professores, pegando as áreas de engenharia, tecnologia. É um projeto belíssimo, que fez com que os institutos estejam presentes em diferentes regiões deste País, avançando bastante.

Temos a universidade aberta do Brasil, o ensino à distância, que, nos últimos 8 anos, foi o que mais cresceu. Tivemos dois crescimentos extremamente importantes que merecem ser analisados. A educação à distância cresceu bastante, saindo mais ou menos de 60 mil matrículas para em torno de 800 mil matrículas de ensino à distância neste País, com qualidade.

Vejam bem, estamos falando aqui do ensino superior. O presencial à distância é simplesmente modalidade. Os dois têm que ter qualidade. O compromisso com a qualidade tem que estar no dois.

A universidade aberta do Brasil avança, o ensino à distância avança, as privadas estão avançando com o ensino à distância com qualidade. Estamos melhorando muito a avaliação. Estamos trabalhando muito com a nova Secretaria. Temos uma nova Secretaria no Ministério de Avaliação e Regulação e nós trabalhamos muito juntos com a educação superior. A Secretaria de Educação Superior aponta as políticas, norteammento e avaliação como indutora da qualidade. Nós temos avaliação e regulação também nesse diálogo. Então, esse trabalho é importante para que nós tenhamos a universidade aberta do Brasil crescendo cada vez mais.

No setor privado, tivemos — e o Celso já falou com muita propriedade — duas coisas fundamentais: primeiro, o PROUNI. O Programa Universidade para Todos é belíssimo e proporcionou, desde sua criação, em torno de 740 mil bolsas.

Atualmente, bolsas em efetivo exercício temos em torno de 450 mil a 470 mil bolsas. Enfim, é um programa que permite que aquele jovem que tem renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo tenha sua bolsa. Ele faz o ENEM, e, com isso, pode cursar o ensino superior com tranquilidade em instituições de qualidade porque as instituições são aferidas pela sua qualidade.



Para vocês terem ideia, tivemos, em 2011, em torno de 1,1 milhão inscritos. E chama atenção outro fato. Desses 1,1 milhão de inscritos — esse dado me chama muita atenção, porque o estudante que se inscreve no PROUNI pode também se inscrever no sistema de seleção unificada e pleitear uma vaga para a federal; esse dado é muito interessante —, em torno de 508 mil jovens somente se inscreveram no PROUNI. Por alguma razão, eles só se inscreveram no PROUNI. Veja, estamos falando de um pouco mais da metade dos inscritos, ou um pouco menos da metade, bem próxima à metade.

O que significa isso? A importância social desse programa, por uma razão qualquer: o jovem trabalha, o jovem tem ali próxima à sua casa opção que ele interessa, ou curso que ele escolheu.

Esse programa tem atendido e está crescendo bastante. Nós o modificamos agora. Desse diálogo que estamos tendo com as instituições não públicas, melhoramos as portarias, trabalhamos e as alteramos. Aquilo que era possível otimizar estamos fazendo. Nós tiramos algumas exigências, tanto para o PROUNI quanto ao FIES. Enfim, estamos trabalhando para que essa meta de 33% seja de fato factível. Não adianta falar que queremos 4 milhões, como nós queremos 4 milhões?

Finalmente, o FIES, que vão chamá-lo de Novo FIES, tem juros de 3,4% ao ano. É um juro negativo. Esse juro nunca pode aumentar, ele pode reduzir. A instituição pode ter o fundo garantidor, ela pode aderir a ele: põe 7% da prestação e tem garantia completa do pagamento das mensalidades. Nós estamos fazendo alguma migração agora. A Caixa e o Banco do Brasil trabalham para isso, o FNDE também. Estamos melhorando bastante também o financiamento.

E ainda há dois pontos importantes no FIES. Se o estudante for da licenciatura e atuar na rede pública, sua dívida vai sendo perdoada. A cada mês ele tem 1% da sua dívida abatida, então em 100 meses ele tem a dívida paga. Se ele for médico e atuar no setor público, no Sistema Único de Saúde, ele também vai tendo a sua dívida perdoada. Então, vejam que esse é um sistema interessante. Nós estamos aumentando muito agora. Estamos fazendo recompras com periodicidade muito mais razoável. A agilidade está muito maior.



E eu quero aqui agradecer de público a parceria e as contribuições das instituições privadas, que têm nos ajudado bastante a melhorar bastante o sistema.

Com esses programas, com certeza, nós temos todo o arcabouço para alcançar esse número. E, vejam bem, 33% é um número que ainda não me agrada, que não nos agrada, como brasileiros. Nós precisamos avançar mais. Mas essa é uma meta factível. Nós podemos atingi-la. Temos que fazer avaliações ano a ano, mas é possível atingi-la.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Pelo menos empatamos com a Argentina, não é?

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Exatamente. O que não é muito bom, não é, Deputado Newton? Nós precisamos sempre ganhar da Argentina. Mas é verdade. Nós vamos estar avançando. Precisamos caminhar para chegar a esses 33% e 50%.

Quanto à outra meta, de mestres e doutores, que é importantíssima para o Brasil, e o Celso a abordou muito bem, eu queria falar de alguns programas que nós estamos fazendo.

Eu estive na Região Norte e na Região Nordeste e me reuni com reitores e dirigentes de instituições públicas e privadas. Lá, Celso, você apontou bem, nós temos problemas inclusive nas instituições públicas. Nós temos dificuldades.

Estamos fazendo no Ministério da Educação um programa de qualificação da pós-graduação dessas instituições. Aproveito para agradecer aqui ao Presidente Jorge Guimarães, da CAPES. Estamos fazendo isso em conjunto, para qualificar as instituições públicas, sejam elas federais ou municipais.

Temos em torno de 245 instituições públicas, universidades públicas, neste País, e em torno de 2.069 instituições privadas. Esse é mais ou menos o nosso número. Nós estamos trabalhando com a pública. Vamos fazer um projeto de qualificação, até para que elas atendam àquela demanda do PNE para que sejam chamadas de universidade. Nós vamos também pensar nas instituições privadas: MINTER, DINTER. Eu disse muito claramente a elas que nós vamos qualificar, mas nessa parceria.

E o nosso sistema de avaliação — e eu quero fazer uma separação entre a avaliação, a supervisão e a regulação — tem de nos dar realmente o retrato do



Brasil. Eu preciso conhecê-lo, preciso saber como está a situação na Região Norte, na Região Nordeste, na Região Sudeste. Isso é avaliação. Já a regulação, a minha ação, é diferente. Vamos ver o que precisamos fazer. Se nós não tivermos uma avaliação muito clara, que norteie, que aponte, por exemplo, que há poucos mestres e doutores, e isto é fato, no Norte e no Nordeste, não poderemos elaborar uma ação específica para lá. Estamos agindo fortemente para corrigir essas assimetrias, que precisam ser corrigidas. E mais, não basta formarmos o mestre e o doutor na Região, nós temos que fixá-lo, e a fixação também demanda alguns trabalhos nossos.

Eu tenho a convicção de que nós vamos avançar bastante e de que vamos chegar a esse número de mestres e doutores. E preciso lembrar que a pós-graduação *stricto sensu* neste País está completando 50 anos. O primeiro curso de pós-graduação em nosso País é de 1961. Temos uma pós-graduação nova, mas eu quero dizer, com muito orgulho de brasileiro, que ela é uma das melhores do mundo. Por isso o Brasil é hoje o 13º produtor de ciência nova, de conhecimento novo no mundo, 90% dele vindo das universidades. Estamos falando de uma belíssima pós-graduação, de uma belíssima pesquisa. A CAPES faz 60 anos e vamos comemorar isso acho que na próxima semana.

O Brasil, apesar de ter um sistema novo de pós-graduação, tem um sistema muito bem estabelecido, em expansão, e que com certeza conseguirá atender a todas as metas previstas e necessárias para termos os nossos mestres e doutores e também para o avanço da nossa pós-graduação.

Temos muitas coisas a corrigir. Nesse projeto que eu disse aos senhores que nós estamos fazendo para a educação superior, é preciso apontar algumas coisas fundamentais. O Sistema de Seleção Unificada faz com que este Brasil avance de forma definitiva para termos um sistema mais justo e inclusivo.

Permitam-me refletir com os senhores o sistema tradicional de vestibular que nós tivemos neste País, e ainda temos, por 100 anos, um sistema muito bem feito e aplicado com muita responsabilidade pelas universidades. Nós criamos uma estrutura muito sólida, mas imaginemos só que o jovem faz uma inscrição *a priori* em uma universidade, para um curso. Se ele tem recurso financeiro, ele faz em duas, em três universidades. Ele faz isso *a priori*. Depois ele faz a prova, recebe a nota e



acabou: se ele não passou, ele está fora. Hoje, não. Hoje ele faz o ENEM, tem a sua nota e com essa nota pode optar entre as universidades públicas deste País e entre os cursos que lhe são oferecidos. Ele pode verificar, por exemplo, que a sua nota não deu para determinada universidade, para determinado curso, mas deu para outro.

Estamos falando de um sistema mais justo, mais inclusivo, que não coloca os nossos jovens sob a pressão que existia antes, um sistema comparável pela TRI. Temos todas as condições de manter esse sistema. E a periodicidade aumenta. O Ministro já anunciou que a partir do ano que vem haverá um aumento em nossa avaliação. Esse sistema de seleção unificada é com certeza um grande avanço e está fazendo com que haja muito menos vagas ociosas no sistema.

Já fiz um desafio, e o Celso sabe disso, para que no sistema privado façamos, juntos, um sistema como esse. Nós precisamos fazer isso para o sistema privado.

Quero dar alguns números a vocês. O Brasil hoje oferece em torno de 3 milhões e 600 mil vagas de ensino superior, público e privado, por ano. Nós temos 1 milhão e 500 mil jovens entrando, e uma demanda de 6 milhões e 200 mil inscritos. Essa equação está errada em algum ponto. Se 6 milhões e 200 mil jovens querem entrar no ensino superior, inscritos no último ENEM, que bateu recorde, são oferecidas 3 milhões e 600 mil vagas e só 1 milhão e 500 entram, evidentemente nós precisamos agir.

O Sistema de Seleção Unificada começa a corrigir isso. Nas instituições federais, estaduais e até municipais de ensino superior que entram no Sistema de Seleção Unificada, as vagas ociosas praticamente acabaram, não existem mais. Por isso eu tenho feito às nossas instituições privadas esse desafio de implantarmos um sistema semelhante, em que a vaga seja oferecida para o Brasil inteiro, e o jovem pode, com muita justiça, escolher. Esse passo do Sistema de Seleção Unificada vai nos ajudar bastante a avançar rumo aos 33%.

No ensino médio — e este é outro dado curioso —, nós temos hoje em torno de 1 milhão e 500 mil concluintes, dos quais em torno de 800 mil entram, ou pleiteiam entrar em nossas universidades, e outros saem, por uma razão ou por outra.



Precisamos fazer duas coisas. Primeiro, melhorar o nosso ensino médio, e para isso nós temos um programa belíssimo, fascinante, que é o PIBID, o Programa de Incentivo à Docência. Hoje nós temos em torno de 30 mil bolsistas no PIBID, jovens da licenciatura que atuam no ensino médio melhorando a sua qualidade, com produção de material, interação com as escolas. Eles levam isso para as universidades, ou para as instituições de ensino superior, e retornam. Nós queremos elevar esse número para algo em torno de 100 mil bolsistas, porque essa é uma grande transformação, muito boa.

Outro dia eu estive numa universidade pública, convidado a fazer uma palestra, e ouvi um jovem que estava se formando em Licenciatura em Matemática, se não me engano — a Rúbia estava conosco, não estava, Rúbia? —, em Lavras, na Universidade Federal de Lavras. Ele disse que estava com muito orgulho se formando. Falou da experiência dele no PIBID. É interessante, Deputado Newton, porque ele transforma lá e transforma aqui também. Ele atua lá e também atua nas universidades.

Esse é um programa belíssimo que com certeza já está tendo o seu impacto na qualidade do ensino médio.

Quero falar também desse programa estratégico lançado pela nossa Presidenta Dilma Rousseff, que tem concepção muito clara. Nós já participamos de algumas reuniões com a nossa Presidenta. Serão 75 mil estudantes brasileiros no exterior nos próximos 4 anos. A Presidenta foi muito clara na sua orientação aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia no sentido de que sejam as melhores universidades no exterior. Ela aponta as áreas prioritárias para o País. Já fizemos as reuniões. Ela já deu o.k. para que o programa seja efetivado, depois dessas reuniões de trabalho, que foram coordenadas por ela pessoalmente. Ela apontou para a forma estratégica.

Eu não tenho dúvida de que é a primeira vez que nós estamos fazendo uma cooperação internacional estratégica, uma cooperação de igual para igual. É uma cooperação a que o Brasil está indo e tem a oferecer e a receber.

A Presidenta prioriza, neste início, as áreas de ciências exatas e de engenharia, que são as demandas que temos. Ela não pediu distinção entre universidades públicas e universidades privadas, quer a qualidade. Fizemos um



recorte belíssimo! Serão estudantes do PROUNI, do Sistema de Seleção Unificada, do PIBIC, das instituições privadas e públicas.

Podem ter certeza de que haverá impacto muito grande na qualidade e no estímulo ao ingresso ao ensino superior neste País. Setenta e cinco mil bolsas pelo Governo serão ofertadas, esse programa já está desenhado e começa agora em 2011, em 2012, com graduação, mestrado e doutorado. Esse é um projeto realmente estratégico que vai transformar o nosso País. E, claro, o Brasil também vai receber estudantes de fora.

A Presidenta também fez um desafio: quer mais 25 mil bolsas do setor privado. Então, o setor privado vai atuar para oferecer essas bolsas.

O Plano Nacional de Educação têm sido debatido aqui. E eu quero aqui trazer o agradecimento do nosso Ministro Fernando Haddad a esta Casa pela bela contribuição que tem dado e continuará dando; agradecer ao Deputado Vanhoni pelo trabalho, e já fizemos reuniões; agradecer ao Deputado Gastão; enfim, a todos.

O número de emendas que nós temos mostra o interesse pelo tema e a importância dele. O plano que nós fizemos contempla 19 metas, e a última trata de financiamento. No ensino superior, nós pautamos a 12, a 13 e a 14, com as suas metas e estratégias. Tenho convicção de que o Brasil está num momento em que nós podemos de fato dar esse grande salto, para a sociedade, do conhecimento, para que sejamos um País justo.

Confesso, como educador, ex-reitor, há 30 anos atuando na área, que, com todo esse avanço, vejo com muita beleza que conseguimos montar uma equação com três termos que são difíceis de serem colocados em conjunto: expansão, qualidade e relevância social, porque não houve exclusão.

Nós estamos vendo neste País, através do PROUNI, do FIES e da expansão e interiorização das federais, jovens que são os primeiros em suas famílias a obterem o diploma de nível superior. Isso é muito bom para este País. Ou seja, estamos tendo um ensino de qualidade, um ensino que cresce e, ao mesmo tempo, um ensino que não perde o seu sentido de ofertar a todas as classes sociais a oportunidade de estar numa universidade.

É um belíssimo momento. Reitero a disposição do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Superior de estarem sempre dialogando. Agradeço mais



uma vez a esta Casa as contribuições que tem dado ao Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Muito obrigado, Prof. Luiz Cláudio, pela clareza da exposição, pela importante contribuição que está dando nessa discussão do PNE.

Há vários Deputados inscritos.

O Relator prefere ouvir a colaboração, a sugestão e os questionamentos dos Srs. Deputados.

O primeiro inscrito é o Dr. Ubiali, que não está presente.

Com a palavra o Deputado Artur Bruno, que disporá de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Boa tarde a todas e a todos. Quero saudar o Prof. Celso e o Prof. Luiz Cláudio pelas brilhantes intervenções.

Eu vou primeiro fazer um reconhecimento, Prof. Luiz Cláudio. Eu sou professor de ensino médio e de ensino superior, lá no Ceará. O que está acontecendo no Ceará é uma revolução, mesmo, no ensino superior. Nós só tínhamos uma universidade federal, a UFC, com um *campus* em Fortaleza. No Governo Lula, nós passamos a ter três *campi* no interior: na região norte, na região sul e no sertão central. Sem falar dos institutos federais, só havia três em todo o Estado do Ceará, e agora vamos para algo em torno de 18 ou 19 institutos federais. É uma revolução que está acontecendo.

Houve lá uma reivindicação. O Prof. Luiz Cláudio recebeu, em nosso Estado, reivindicação para a criação de uma nova universidade federal. Temos a UNILAB em Redenção, mas precisamos de outras universidades federais no interior, onde há uma carência — o Prof. Celso tratou a respeito disso na sua fala. Na região do Jaguaribe e mesmo no Cariri, há reivindicação de transformação de universidade estadual em federal. O Estado é pobre e tem apenas três universidades estaduais. Outros Estados têm inúmeras universidades federais, e nós temos, agora com a UNILAB, apenas duas. Mas ela ainda é pequena, está iniciando.

Era esse o reconhecimento que queria fazer.

Também quero perguntar sobre algo que me incomoda, Prof. Luiz Cláudio. Eu tenho essa informação de que a nossa pós-graduação é uma das melhores do



mundo. Tenho também a informação de que o investimento *per capita* no ensino superior é comparável ao dos países desenvolvidos — eu quero até que o professor confirme a informação. Digo isso porque tenho lutado muito para que o investimento *per capita* no ensino básico seja pelo menos 1/3 do que é no ensino superior. Nós temos no FUNDEB entre 1.500 a 2.000 reais *per capita*, enquanto no ensino superior é 5, 6, 7 vezes mais do que isso.

Entro na questão que o Prof. Celso apresentou: de que realmente a meta trata de qualidade na questão do aumento de doutores e mestres. Claro que isso vai implicar no aumento da qualidade. Incomoda-me quando não vejo as nossas universidades, sejam elas privadas ou públicas, no *ranking* das melhores do mundo. O Brasil tem se destacado em várias áreas, EMBRAPA e, enfim, tantas outras, e as nossas universidades não estão nesse *ranking*. Outros países emergentes e até países subdesenvolvidos, muito mais atrasados do que o nosso, têm universidades melhor posição no *ranking* do que as nossas.

Eu quero saber o que falta, Prof. Luiz Cláudio, porque isso é importante, mesmo não estando na meta. O ensino superior criou, por exemplo, algo que o ensino básico não criou, um sistema de avaliação, o SINAES. Não é só o ENADE, há o SINAES, algo que ainda não criamos no ensino básico. O SAEB é muito pouco para se avaliar. É preciso que se crie no ensino básico um sistema como o do ensino superior. O que está faltando? É isso que gostaríamos de saber, para entendermos esse processo e compará-lo com o de outros países, até mesmo emergentes, para não dizer subdesenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Acho melhor fazermos da seguinte maneira: são seis Deputados inscritos. Então, que todos façam os questionamentos e, depois, os convidados respondem.

Vou pedir ao Deputado Angelo Vanhoni que assuma a presidência da reunião, porque eu sou o próximo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Eu estou assumindo a presidência da reunião, lateralmente, e V.Exa. pode fazer o seu questionamento.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Agradeço ao nosso Presidente Relator. Agradeço aos nossos dois convidados a participação.



Eu também vejo o grande avanço que a educação tem tido no País. Volta e meia, em entrevistas e em debates se critica a educação no Brasil — e eu também acho que precisamos melhorá-la bastante, ainda —, mas ela vem avançando, sim. A educação profissional foi, no meu entendimento, o maior avanço do Governo Lula. A própria educação superior, e aqui o próprio Deputado Artur Bruno citava o Ceará... Nós podemos citar o Paraná, também com grande avanço com relação à ampliação de unidades, de *campi*, de instituições federais no nosso Estado. Agora, nós não podemos deixar de reconhecer também a importância da educação privada no País. E eu fico satisfeito, Prof. Luiz Cláudio, quando V.Exa. trata dessa maneira a educação privada, que é fundamental. Praticamente 75% das vagas em educação superior são da educação privada, e é de fundamental importância que nós tenhamos, então, um tratamento adequado.

O Ministério tem que ver — e lamentavelmente eu vi até em tempos anteriores — o preconceito até com o ensino superior privado. E eu acho que, para o bem da educação como um todo, nós temos que cobrar qualidade, sim, mas reconhecer a importância que a educação privada tem no País.

Primeiramente, quero tecer um comentário sobre o FIES. O Ministro veio aqui e eu acabei não falando sobre isso. Eu vi uma matéria na *Folha de S. Paulo*, que dizia, Prof. Luiz Cláudio e Prof. Celso, que um banco estaria fazendo um novo sistema, e ele disse que está ficando mais barato que o FIES; bancos privados conseguem oferecer melhores condições, melhores taxas, do que o FIES, do Governo Federal. Eu acho muito difícil. E o pior é que pegamos do...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Perder dinheiro o banco, Alex? Vai ser a primeira vez na história. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - E no Brasil, em especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Não é perder dinheiro. Eu estou dizendo que fazem melhor do que... E aí eles colocam aqui...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Mas juros negativos são demais!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Mas aí é que está. Só que eles mostram. Eu peguei no *site*. Até o Hélio, que trabalha conosco, pegou no *site* do... E eles colocam aqui que teoricamente o financiamento deles seria melhor do que o do FIES.



Então, eu vou deixar aqui para os senhores. Papel aceita tudo; podem colocar o que quiserem. Eu acho até difícil que se consiga se viabilizar uma condição melhor do que a que o FIES oferece. Mas, se isso for verdade — e eu tenho dúvidas também — será que não seria o momento de nós reduzirmos ainda mais os juros do FIES?

Eu vejo, Professor, na discussão que tivemos aqui, com a própria FIES, até o Deputado Osmar Serraglio disse: *“Tinha que ser juros zero”*. Ora, se isso é uma questão fundamental para o País, não tem que cobrar juros nenhum; tem que ser juro zero, até no sentido de poder estimular mais alunos a ...

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Tem meu apoio o juro zero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Tem o apoio do Dr. Ubiali, exatamente.

Então, esta é uma questão que eu levantaria para os senhores: se o próprio Prof. Celso tem sabido de instituições bancárias que têm feito alguma iniciativa nesse sentido, e se isso pode chegar realmente a ser tão bom ou melhor até do que oferece o FIES.

E outra questão. Eu já falei com o Ministro quando esteve aqui, e essa é uma visão minha: quem tem 20 metas, 20 prioridades, para mim, não tem nenhuma. E eu vejo claramente que nós tínhamos que ter algumas metas para a educação brasileira. Se nós pegarmos, por exemplo, os objetivos do milênio, Deputado Eduardo Barbosa — não são 20, não são 30; são 8 —, e eu acho que nós temos que ter para a educação brasileira 3, 5, 8, obviamente sem esquecer de todas as áreas, que são importantes. Mas nós tínhamos que ter essa prioridade absoluta para o País, para chegarmos, daqui a 10 anos, perpassando-a para a sociedade como um todo. Vejamos o IDEB. O IDEB é muito claro, todo mundo sabe: cada escola tem o seu IDEB. É possível perceber se está crescendo ou não com as avaliações. Mas, na minha visão, e o próprio Ministro não concorda com isso, e eu respeito, nós tínhamos que ter poucas metas para a educação brasileira, 3 ou 5.

Então, eu gostaria de perguntar algo. Nós temos 3 metas na educação superior, não é? Se nós pudéssemos elencar uma delas, então, na sua visão, Prof. Celso, qual seria a mais importante, para nela avançar nesses próximos 10 anos?



Então, eu agradeço a oportunidade e os parabenizo. Sem dúvida, a presença dos senhores aqui enriquece este grande debate feito pela Câmara, que é o nosso Plano Nacional de Educação.

Eu retomo a Presidência, então, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - V.Exa. retoma, então, a Presidência. Pode conduzir os trabalhos. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Eu agradeço o nosso ex-Presidente e atual Relator.

Vamos ao próximo inscrito. O Dr. Ubiali voltou. Então, Dr. Ubiali, V.Exa. tem a palavra, por gentileza.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Na verdade, eu só vou usar a palavra para me desculpar, porque eu tive que comparecer à reunião ao lado, e era imprescindível a minha presença lá. Eu queria estar aqui para participar realmente do debate, ouvi-los e poder discutir. Mas, infelizmente, por não ter participado, eu não vou fazer nenhuma pergunta.

Muito obrigado e me desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Se V.Exa. quiser aguardar, para mais à frente perguntar, será com muito prazer.

Então, o próximo Deputado é o Governador Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Bom, é normal, depois da participação exuberante do Ceará aqui, na nossa reunião, você ter que puxar um pouquinho de brasa para a sua sardinha. *(Risos.)*

Quero dizer que Santa Catarina está, junto com os seus vizinhos do Sul, desmentindo qualquer temor sobre o aquecimento global. Ontem já conquistamos 16 negativos de sensação térmica. Mas eu gostaria de fazer, então...

(Não identificado) - E quantos turistas, Governador?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Ah, muitos paulistas.

(Não identificado) - Passar frio... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eles vão a Campos de Jordão e não conseguem ver muita coisa, a não ser aquelas mansões, cujos proprietários eu não vou enunciar aqui agora, por razões políticas e religiosas *(risos)*.



Quero fazer um retrospecto, na condição de professor também. E fui provocado aqui pelo meu colega. Quantos são, Deputados, os doutores aqui? É o Nilton, é? O Deputado estava nos gabando aqui que existem 12 doutores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Temos 3 na sala. A Dorinha também.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Acho que a Casa tem 12. Quer dizer, temos aqui 25%, um quarto.

Mas eu quero só relembrar uma experiência na educação que poucas vezes enuncio. Eu fui Secretário de Educação durante 9 meses em Santa Catarina, com 24 anos de idade, uma temeridade, para o Estado, não é? (*Risos.*) E participei, ativa e apaixonadamente, de um processo de ampliação fantástico: 2 anos e meio antes da 5.692, de 1972, Santa Catarina universalizou o ensino primário e o antigo ginásio — o Vanhoni não se lembra disso porque é um jovem —, ou seja, instituiu as oito séries obrigatórias de ensino básico, ensino fundamental, em 1970, ou seja, começou o ano letivo criando a quinta série. E o grande esforço que nós passamos a desenvolver foi para que a educação não fosse dramaticamente prejudicada na qualidade. O esforço continua até hoje. Foi o primeiro Estado que retirou o avanço progressivo em 1985, por decisão da maior assembleia de educação que eu já vi, porque houve 1.100 reuniões, congregando 1 milhão de pessoas. Decidiu-se voltar ao sistema da repetência, revogando, portanto, o que tinha sido adotado em 1970, sempre preocupados com a qualidade.

E, em termos de ensino superior, nós temos talvez a maior experiência de convivência do público com as várias formas do privado. O Dr. Luiz Cláudio deve conhecer bem; o Dr. Celso também. Nós temos lá, além do privado, o privado empresarial, vamos chamar assim, e também o religioso. E eu, quase jesuíta, insisto em dizer que nem sempre é empresarial. Nós temos o Sistema ACADE, cuja maior característica foi ter brotado, e não implantado. Foi brotado, ou seja, não veio de cima para baixo. Brotou como decisão, permito-me dizer, libertadora das autonomias das regiões de Santa Catarina.

Eu gostaria de focalizar especificamente a questão da ampliação e qualidade, ou seja, ampliação do alcance, democratização, vamos chamar assim, e qualidade. A minha pergunta se resume a uma observação do Prof. Celso. Ele tem um *slide*



que defende a avaliação bienal do PNE. Eu apresentei uma emenda propugnando avaliação anual e propondo que essa avaliação anual seja feita sob a direção das duas Comissões de Educação das duas Casas — Comissão de Educação da Câmara e Comissão de Educação do Senado —, em tantas sessões públicas quantas necessárias em função até do agrupamento natural das metas do plano. Ou seja, ainda que a educação tenha que ser vista de uma maneira holística, nós não podemos fazer sessões de avaliação, acho eu, sem prévio planejamento que permita o melhor aproveitamento de cada sessão pública — serão quatro ou cinco.

Caberá às Comissões definir essas sessões de avaliação, caso ela seja adotada, e eu acho que deveria ser. Por que bienal? E a pergunta é para ambos. Ou seja, o anual não seria mais adequado? Para quê? Para que nós lá na frente, em 2019, não cheguemos à seguinte conclusão: *“Olha, já ultrapassamos essa meta, essa meta está caduca.”* Como muito dos objetivos do milênio já estão caducos, dependendo da sociedade, não é verdade? Creio que o Paraná tem o primeiro observatório urbano do Brasil na região metropolitana. Eu o usei na minha dissertação e também na minha tese. Ou seja, queremos tanto ampliar o objetivo quanto perceber que não estamos com uma flecha, como tendência que nos permita chegar a esse objetivo. Esse é o sentido do meu foco. Eu gostaria de ouvir mais sobre avaliação e indicadores dessa qualificação. Eu acho que nós estamos começando.

E, só para terminar, vejo com satisfação o noticiário de hoje de que o SUS começará a ter metas que deverão ser avaliadas. Não sei se o Deputado Vanhoni chegou a se inteirar disso. A meu ver, é uma coisa fantástica; mostra que ela tem pendores de gestora. É preciso ter indicador, ou seja, índice, meta, objetivo, qualquer coisa que seja objetiva, clara, que eu possa comparar, cuja tendência eu possa examinar, cuja velocidade, boa e suficiente, ou muito boa, eu possa também aplaudir ou corrigir. Então, nesse aspecto, sugiro avaliação anual. E, pelo que vi, não havia no projeto inicial essa periodicidade. Por que anual? Para que o resultado ruim seja remediado. Eu acho que 4 anos é muito tempo.

E, finalmente, que indicadores nós podemos ajudar a conceber, sei lá, um concurso? Talvez seja uma boa maneira, usando a palavra do Dr. Luiz Cláudio, de



nós termos também uma atuação conjunta dos vários tipos de CNPJs que atuam no ensino superior. Avaliação, periodicidade e indicadores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Muito obrigado, Governador.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, hoje pela manhã, com a presença do Ministro, eu fiz uma fala que, acho, confirma-se com a apresentação do Prof. Celso — e acompanhei parte dela. Refiro-me à diferença em relação às Regiões Norte e Nordeste, o que não é novidade para ninguém.

Todavia, manifesto preocupação com o fato de que, enquanto estivermos tratando os diferentes como iguais, não vamos conseguir resolver a situação. Nós temos uma cobertura insignificante em relação à Região Norte — vou falar da minha região; sou do Estado do Tocantins. A oferta de cursos de mestrado e doutorado é limitada. Em relação à qualificação do quadro das novas instituições, o próprio reitor, que pediu apoio para aprovação da PEC que tratava dos substitutos temporários, disse que gastaria 30 anos para qualificar o seu quadro atual para poder oferecer cursos de mestrado e doutorado.

A minha pergunta é nesse sentido. Eu acho que nós precisamos ter um olhar diferenciado, com tratamento diferenciado, sim. E não sei por que não fazê-lo. Eu tenho uma preocupação. Por exemplo, há uma ação hoje do Ministério da Educação que entendo correta, mas que precisa de um atendimento que, acho, vai além do que está sendo feito. As instituições municipais que cobram mensalidades — e existem em vários Estados —, por uma ação do Ministério da Educação, estão deixando de existir. Ou o Município tem que assumir o custo e torná-la pública. Além de eles não terem recursos, há um problema com os Tribunais de Contas — ou tem que privatizar. Privatizar uma instituição no Estado de São Paulo ou Rio de Janeiro ou Espírito Santo talvez seja fácil. Num Estado da Região Norte, em que as empresas não tenham interesse de comprar, a maioria vai ser fechada. Nem a Prefeitura tem condições e nem uma empresa vai comprar essa instituição para privatizá-la de vez.



É preciso ter um olhar sobre o que o MEC pensa em fazer nessas situações. Só no meu Estado, sete estão sendo fechadas, instituições importantes, algumas que funcionam no Estado há mais de 15, 20 anos. Elas eram da Estadual e foram assumidas pelo Município. O senhor deve saber do que se trata. Não é o caso específico, mas saber qual é o tratamento, como vai ser esse olhar.

Quando nós levamos qualquer questão de federalização ao Ministério da Educação, o salto é enorme. Nós não queremos criar nenhuma instituição nova federal. O Artur Bruno vai me contar os segredos do Ceará. Eu quero saber o que se esconde por trás das areias do Ceará em função de um salto desse tamanho, do ponto de vista do atendimento, tanto na área dos institutos quanto das universidades. Mas entendo que deveria haver racionalidade ao olhar e mapear a cobertura dos Estados, pensando do ponto de vista inclusive estratégico em relação à questão de formação.

Os próprios institutos federais que estão instalados no meu Estado não estão distribuídos da melhor forma, porque houve um processo de incorporação, de prédios já construídos, organizações já construídas. Mas eu quero saber, daqui para frente, qual será o plano e como vamos tentar resolver essas desigualdades regionais.

Eu queria fazer uma pergunta direcionada ao Secretário sobre a universidade aberta. Hoje eu tive uma audiência com o Presidente da Associação de Tutores, o qual eu nem sabia existir, que fez uma colocação que achei bastante grave. Ele disse que os tutores da universidade aberta são todos bolsistas. E, se for da forma como ele coloca, parece-me algo perigoso na questão trabalhista. Ele não exerce a função como bolsista. Na verdade, faz um trabalho como tutor, que é trabalho com prestação de serviço. Não se trata de grupo de estudo. Há uma outra lógica. E, quando foi criado o programa da universidade aberta, à época, eu discuti muito com o Carlos — eu era Presidente do CONSED — o fato de que nós não conseguiríamos levar professores e tutores para todas as regiões que estavam sendo implantados pelo próprio presidente da universidade aberta. O que o Ministério pensa em fazer em relação a isso?

Em relação à questão do FIES, quero saber por que em algumas instituições os alunos precisam, são carentes, mas, como a instituição não faz adesão ao FIES,



o aluno tem negado o seu direito de acesso ao financiamento. É o único formato? A pessoa não pode fazer individualmente ou vinculado de uma outra forma? Se a instituição se recusa à adesão, ou por ser uma instituição jovem, que não tem débitos do ponto de vista tributário, ou porque não tem interesse, eles ficam sem acesso?

Para finalizar, eu queria dizer, Secretário, que temos um problema, na minha opinião, o mais grave, quando olhamos a questão da qualidade da educação básica e, por consequência, num ciclo, o ensino superior. A universidade guarda uma distância gigantesca da educação básica. A formação dos professores — e não sou eu que estou dizendo; há pesquisas que mostram isso —, os currículos, são inadequados, distantes da realidade. Ninguém tem coragem de mexer na caixinha preta da universidade, a chamada autonomia. Os professores são formados. E nós estamos aumentando o número de professores sendo formados do mesmo jeito, ou seja, não atendendo à realidade da educação.

Quando o novo desenho do ENEM foi travado, existia um compromisso do Ministério da Educação, ANDIFES, CONSED, UNDIME e MEC, para que houvesse uma ação direcionada às diretrizes curriculares do ensino médio para revisão e, por consequência, para a revisão dos cursos de formação de professores. O que avançou em relação a isso? Por que não realizar o exame nacional, não no concurso do professor, mas ao final do curso de licenciatura para certificar e garantir que os professores estejam sendo qualificados?

Na minha opinião é uma das poucas formas que nós vamos ter de influenciar na universidade, dentro do chamado muro da autonomia, que às vezes vira exclusão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Obrigado, Profa. Dorinha, pelos seus questionamentos e observações.

Próximo inscrito, Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Obrigado, Presidente, Deputado Alex Canziani. Cumprimento nosso Relator e lhe desejo cada vez mais força para enfrentar as 3 mil emendas. Cumprimento os Professores Luiz Cláudio e Celso.



Eu vou tratar de um único tema que, de alguma maneira, foi reverberado pelo Celso, que falou umas três ou quatro vezes, e acho que fazendo eco àquilo que nós certamente temos de consenso hoje. Não vi ninguém discordar do tema de que a qualidade da educação básica é absolutamente essencial para que o Brasil atinja os patamares que todos nós queremos. A Dorinha acabou de dizer que de fato as universidades têm resistências importantes na articulação entre os dois grandes graus de ensino, superior e básico.

Eu pude notar aqui, Cláudio, que você tratou desse tema em três ou quatro passagens. A primeira delas, quando nos dá conta desse extraordinário avanço educacional dos últimos 8 anos, reconhecido e cantado em prosa e verso. E eu me orgulho muito por ter ajudado na elaboração do programa de Governo do Presidente Lula em 2002 e por tê-lo coordenado. Fico muito feliz por ter coordenado lá atrás uma equipe da qualidade com a qual que eu tive a satisfação e a honra de trabalhar, e por ver os resultados aqui apresentados 8 depois. Aliás, costumo dizer, e já falei ao Fernando, que foi rasgado o plano de 2003. Ainda bem, porque foi feito muito mais do que se imaginava em 2002, na época eleitoral.

Mas você tratou de três ou quatro questões relativas ao tema da qualidade, como o MEC a vê. Uma delas é a duplicação do número de licenciaturas, no bojo da expansão extraordinária que foi feita. Você tratou do tema da licenciatura quando falou do programa PIBID e a vontade governamental de ampliar de 30 para 100 mil bolsistas, fazendo uma interação de dupla via, que favorece os dois lados, sem dúvida nenhuma. E tratou de nos colocar, de nos lembrar, na verdade, que os IFETs — nesse processo de transformação dos CEFETs em IFETs e da expansão que houve — guardam um percentual de 20% de graduados ou de licenciados.

Eu, particularmente, quero crer — a menos que tenha perdido alguma outra questão relativa ao tema das licenciaturas —, até pelas emendas que fiz ao PNE, que a pedra de toque desse processo é a valorização do magistério. Portanto, estamos falando de professores da educação básica como absolutamente o pilar central de qualquer discussão que faremos aqui. E, se vencer a tese do Alex Canziani, de reduzirmos as 20 Metas para 2 ou 3, eu, então, vou radicalizar mais: para mim, se ficarmos só com a Meta 17, estará tudo certo. Desculpe-me, são duas:



a Meta 20 também, se não, a 17 não vira. A 17 é a valorização e a 20 é o financiamento.

Então, como você pediu para o Secretário escolher algumas delas, eu já vou socorrer o Luiz Cláudio.

Enfim, quero dizer primeiramente que precisamos aumentar o valor dos IFETs para 50%, porque, se nós tivermos a valorização, começamos a pagar salários melhores do que o piso, que já foi uma grande conquista... Mas 1.100 reais é muito pouco para 40 horas; precisamos de salários, quero insistir nisso, de padrão asiático, de médico e doutor, 2.500 reais, 3.000 reais no Brasil, para que, ao estimularmos a carreira, tenhamos um mecanismo indutor de atração dos jovens brasileiros, com esse aumento da qualidade que os indicadores estão mostrando. Assim, eles poderão acessar essa carreira e servir de moto-contínuo, ou correia de transmissão no processo de alcançar as metas no ensino superior aqui colocadas.

De fato, esse é o gargalo, como disse o Celso Frauches. E, de fato, vamos precisar de coisas ousadas; algumas delas: salário, valorização, carreira adequada. Eu estou propondo carreira de Estado para professor e magistério — é outro *status* —, se quisermos fazer uma revolução educacional no País. Perguntei isso ao Fernando, outro dia. Ele acha interessante a discussão, quero ouvir a sua opinião sobre isso.

Então, eu me foco nesse único tema das licenciaturas, da valorização do salário como uma pedra de toque, como o grande gargalo, o grande nó a ser desatado para que nós possamos alcançar, com qualidade e inserção social... Só faltou falarmos das cotas, que são instrumentos importante desse tripé, nesses últimos 8 anos de inegáveis avanços da educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Muito obrigado, nosso ex-Reitor e grande colaborador deste Comissão também.

Nosso último inscrito é o Deputado Raul Henry.

S. Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Dr. Luiz Cláudio, Dr. Celso, na realidade, eu cheguei à metade da segunda exposição, e não sei se essas questões foram tratadas aqui. De qualquer maneira, vou formulá-las.



A primeira é relativa ao sistema de seleção unificado. Eu acho que por trás dele há uma lógica, uma racionalidade. Mas os seus primeiros dados apresentam um problema que talvez não tenha sido previsto: o fluxo dos alunos de regiões mais desenvolvidas para a ocupação de vagas nas regiões mais pobres do Brasil, sobretudo naqueles cursos que têm maior concorrência, como é o caso clássico da Medicina. E isso intensifica um problema, que, no meu entendimento, é um grande obstáculo, um grande gargalo para um projeto de desenvolvimento nacional: a questão da desigualdade regional.

A informação que eu tenho é que os primeiros dados mostram que um número expressivo de vagas. Por exemplo, os cursos de Medicina do Nordeste estão sendo ocupados por alunos que vêm do Sul e do Sudeste, porque evidentemente têm um preparo maior em função da melhor condição socioeconômica dessas Regiões.

Quero saber se o Ministério está atento a isso, e se há algum tipo de ideia para tentar enfrentar esse problema. Essa é a primeira questão.

A segunda é sobre o percentual de formação de doutores nas áreas de ciências naturais e tecnologia. Os números de que tenho informação são: nos países desenvolvidos, em torno de um terço dos doutores são formados nas áreas de ciências naturais e tecnologia, e, no Brasil, esse percentual é de cerca de 13%.

Eu estive na China há uns 3 anos mais ou menos, numa viagem a convite, e ouvi, numa reunião com pessoas do Governo chinês, da área das universidades, do desenvolvimento tecnológico, o seguinte: que eles entendem que o mapa econômico do século XXI vai estar determinado pelo domínio em 12 tecnologias; citaram nanotecnologia, semicondutores, biotecnologia, tecnologia da informação, aeroespacial, enfim; e entendem que têm condições de ir na frente, de brigar, em 9 dessas 12 tecnologias. Citaram o exemplo do Brasil, dizendo o seguinte: *“Vocês tiveram uma experiência na década de 70 e depois nos parece que desaprenderam a fazer”*. É o caso da EMBRAPA e da EMBRAER, junto com o ITA.

Então, eles têm o entendimento de que é preciso investir na área de desenvolvimento tecnológico. E o Brasil tem uma deficiência no que diz respeito ao percentual de doutores que se formam nessa área. Pergunto se o Ministério tem



diagnóstico em relação a isso e se tem algum tipo de ideia, algum tipo de proposta para incentivar a maior procura pelas áreas de Ciências Naturais e Tecnologia.

Por fim, acredito que a pergunta que foi feita aqui pela Deputada Professora Dorinha é recorrente. As faculdades de formação de professores do Brasil investem muito em Filosofia, em teoria da educação, mas no preparo do professor para a prática de sala de aula, que é o necessário, deixam muito a desejar. E o MEC tem, apesar da autonomia das universidades, instrumentos regulatórios que podem forçar essa formação no sentido de que ela seja mais voltada para a preparação dos professores para a prática de sala de aula.

Eu pergunto se há alguma ideia em relação a isso sendo cogitada no Ministério da Educação .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alex Canziani) - Agradeço ao Deputado Raul Henry.

Vamos passar a palavra, então, aos nossos expositores, para que possam fazer suas considerações e também as suas despedidas, ao final.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Muito obrigado, Deputado Alex Canziani.

Primeiro, quero agradecer as contribuições, algumas extremamente relevantes, senão todas.

Começo pelas perguntas do Deputado Artur Bruno, sobre um ponto muito interessante. Curiosamente, Deputado, ontem eu me reuni com um grupo assessor que convoquei para trabalharmos com a inserção internacional das universidades brasileiras. Eu vou começar com esse contrassenso, com esse número que eu já citei: somos o 13º produtor de conhecimento novo do mundo. Décimo terceiro. Em breve, estaremos no 12º lugar, no 11º lugar, porque as publicações têm aumentado muito. Curiosamente, em citações, ficamos em 23º lugar. Então, aí já começa a contradição. Quer dizer, publico muito, mas estou sendo pouco reconhecido — a citação está abaixo do que eu esperava. Noventa por cento vêm das nossas universidades, mas não tenho uma universidade entre as 200 melhores do mundo em nenhum dos *rankings*.

Sobre a questão do *ranking* — e eu estudei estes *rankings* em detalhe: o QS, o Xangai e o Times Higher; o melhor é o Times Higher —, a ideia começa com a China. Em 2003, a China fez um trabalho interessante, científico: queria saber a



distância das suas universidades para as melhores universidades do mundo. Ela cria um índice para ela. O mundo gostou e começou a usar esse índice, mas esse índice era dela, não funcionava. Depois, a *Times* entra com um índice muito bom — esse índice é adequado —, que avalia as universidades do mundo. E realmente nós percebemos que as universidades brasileiras não entram.

Ontem eu mostrei esses índices a reitores e pró-reitores de algumas universidades, reitores de pesquisa e de graduação; mostrei o que esses índices têm, e aonde nós precisamos chegar. Nós estamos montando um projeto para que o Brasil, em poucos anos, tenha uma universidade entre as 200 melhores do mundo. Nós podemos fazer isso. Está muito próximo o Brasil de chegar lá. Algumas coisas precisam ser feitas, algumas adequações internas, porque o Brasil é muito bom nas suas universidade, na sua pesquisa. Estamos montando esse modelo. Então, esse grupo de trabalho já está constituído. A próxima reunião nossa será no meio de julho, para deslancharmos com ações efetivas.

Vou participar pela primeira vez como convidado, em outubro, do fórum que discute as universidades de excelência. Nós vamos apresentar a experiência brasileira, porque é também uma questão de *road show* — você tem que mostrar lá fora. Os nossos pesquisadores são muito conhecidos pessoalmente e não institucionalmente, e isso não é bom. Nós precisamos colocar a instituição. Então, estamos trabalhando nisso. Realmente, hoje, ser de excelência não é mais autodeclaração. Você precisa mostrar objetivamente os índices.

Para aqueles que são críticos dos índices — e realmente há algumas coisas que questionamos, como em qualquer índice de avaliação; nós sempre vamos questioná-los —, quero dizer que nós estudamos esses índices em detalhe. Mas, se observarmos os índices, vamos verificar que sempre as mais bem colocadas são aquelas que mais contribuíram para o mundo. E há muita coerência entre eles. Então, não adianta quebrarmos o termômetro. Nós temos que entrar cada vez mais definitivamente. E entendemos que esse projeto que estamos fazendo é extremamente importante para a universidade brasileira.

O Deputado Alex Canziani começou com uma provocação sobre o FIES, mas o jornal fala o contrário: ele mostra que o juro mais barato do setor privado é de 7,7%, e o nosso é de 3,4% ao ano. Então, na realidade estamos melhor. Aliás, hoje



nós mantivemos uma reunião com representantes do setor privado — o Ministro Fernando Haddad deve estar com eles ainda —, para tratar dessa possibilidade de estar trabalhando conosco no FIES. Mas, realmente, a condição do FIES é muito boa para o estudante brasileiro. Podemos melhorá-la ainda mais. Precisamos trabalhar muito o modelo atual, para ele ser otimizado, e — quem sabe? — virem outros avanços.

Deputado Alex Canziani, apesar de respeitar muito a sua posição, entendo que o Plano Nacional de Educação é muito enxuto. Há 19 pontos, e o último financia os outros. Na realidade é isso. Para educação superior, há 3 pontos — as metas. Eu acho que dá para chegarmos aonde queremos, para fazermos com que o Brasil avance. Eu não conheço outro plano, não conheço outro modelo no mundo que tenha metas qualitativas. Eu não conheço. E ali nós temos metas qualitativas. Sempre um plano aponta para índices, aumentos. O nosso, não. O nosso tem metas qualitativas, o que eu acho um grande avanço. Portanto, são mensuráveis.

O nosso Governador, Deputado Esperidião Amin, coloca com muita propriedade o papel das instituições privadas, das confessionais, das comunitárias. Estamos tentando trabalhar muito com elas, considerando as diferenças e os objetivos de cada uma.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Salvá-las, inclusive.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - *(Risos)* Temos feito reuniões periódicas...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Secretário, salvá-las da ânsia dos publicanos,...

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - É verdade.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - ... que têm a mesma voracidade dos banqueiros retromencionados.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - É verdade.

Temos trabalhado e dialogado muito com esses setores, que têm mostrado um compromisso muito grande com a educação brasileira.

Quanto à questão da avaliação, permita-me também discordar, Deputado, respeitando evidentemente a avaliação anual ou bienal. Por que colocamos aquela quadrianual? Porque é preciso um ciclo para avaliar. É claro que vamos estar monitorando ano a ano — o Ministério, a sociedade, acho que a Câmara dos



Deputados. Temos que estar monitorando. Mas, para podermos fazer uma avaliação de fato e verificar se estamos caminhando para as metas... Porque pode haver muita oscilação de um ano para o outro. Tenho a entrada do estudante, a saída do estudante. O SINAES, por exemplo, avalia trianualmente as instituições. Então, se eu fizer uma avaliação muito curta, não vou ter condições de obter algo objetivo de fato.

E eu acho, honestamente — vou dar a minha opinião, pronto para o debate com vocês, vou avaliar essas questões que vocês colocaram —, que vamos nos cansar de avaliar e vai causar desestímulo.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Um aparte, Presidente.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - É claro.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Um aparte, porque acho que pode facilitar até. Esse ponto eu considero muito importante — não sei se os demais também. Então, apenas queria oferecer como aparte uma sugestão.

O senhor falou em monitoramento. Isso eu acho que satisfaz.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Pronto.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Se o monitoramento for público, e publicável — e “publicizado”, digamos —, tudo bem. Aí eu refluiria para o bienal ou talvez para o tri...

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Quadrianual.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - A avaliação das universidades do Estado não é tri? Então, podemos chegar a esse meio termo. Isso é negociável, porque o objetivo é o mesmo, desde que o monitoramento resulte em “publicização”. Quer dizer, não posso impor a minha vontade individual, mas vamos imaginar que queremos avaliar mais amiúde. Vamos imaginar isso. Queremos reduzir para 3 anos o período, o lapso. Com o monitoramento anual podemos ter subsídios até para, em algum caso crítico ou espetacularmente bom, ter uma observação mais detida daquele tópico.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Muito bem.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Mas o monitoramento “publicizado”, pelo menos anualmente, acho que seria... Dá para redigir isso, numa emenda consolidada, digamos assim, compatibilizando prazo, compatibilizando



monitoramento e compatibilizando — quem sabe? — o surgimento de novos indicadores.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Perfeito, Deputado. Tem o nosso compromisso — e o deixo público; falo com certeza em nome da Secretaria de Educação Superior, do nosso Ministro, que tem essa característica da “publicização”, evidentemente — do monitoramento anual. Isso aí nós vamos fazer, discutir, brigando. E mantemos, é claro, o quadrianual pronto para debater, porque entendemos que ele é importante para obtermos os dados e fortalecemos. Mas vamos monitorar. Precisamos fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Na prática, vai representar uma avaliação a mais?

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Isso.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Em vez de duas, serão três.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Enfim, os indicadores são fundamentais, e nós temos hoje indicadores muito bons que estamos discutindo. No ensino superior, nós temos, por exemplo, o Índice Geral de Cursos, o nosso IGC, que leva à questão do ENADE, à questão da infraestrutura, à questão do número de doutores. Nós temos o IDEB. Ou seja, nós temos hoje indicadores objetivos. Nós temos o Conceito Preliminar de Curso, o CPC, o Conceito de Curso, o Conceito Institucional. Todos esses indicadores de qualidade podem ser e estão sendo sempre avaliados. Eles próprios têm que passar por avaliação, reestruturação, mas têm que ser objetivos. Da mesma forma, nos outros níveis de ensino, nós temos o IDEB, por exemplo.

A Deputada Professora Dorinha coloca com muita propriedade aquilo de que eu tinha falado um pouco, mas ela qualificou um pouco mais: as assimetrias. Temos visto mesmo assimetrias. Estamos trabalhando. A Deputada coloca com muita propriedade que talvez uma das maiores formas de injustiça seja a de tratarmos os diferentes de forma igual. Nós não podemos fazer isso.

Por isso, Deputada, nós fizemos um projeto: estamos trazendo representantes de 49 instituições públicas deste País — federais, estaduais e até municipais — para conversar conosco. A maioria delas é das Regiões Norte e Nordeste; do Centro-Oeste há algumas. Queremos tratar de forma diferente da alocação de professores, de cursos de doutorado e de mestrado, dos recursos



necessários. As avaliações mostram que precisamos agir de forma diferenciada quanto a isso. Então, estamos fazendo isso. É um projeto que estamos chamando de Projeto de Qualificação das Universidades Públicas Brasileiras. E estou fazendo isso de forma casada com as instituições privadas. Nós não podemos cobrar que as instituições privadas tenham doutores e mestres, se não formamos doutores e mestres que atendam a essas instituições. Há algumas áreas neste País em que há demanda e não há profissionais qualificados.

Então, nós estamos fazendo isso. Esse programa já está em fase final de elaboração, para que nós possamos conversar com representantes das nossas instituições.

No que se refere às instituições municipais, há uma questão de legislação: definição de instituição pública, aquela que não cobra mensalidade. Isso nos impede de agir. Ou seja, a legislação. Mas temos um fórum. Eu vou me reunir na quinta-feira com as instituições municipais do País, para tentarmos buscar formas...

Eu entendo, Deputada Professora Dorinha — e já disse isso ao Ministro Fernando Haddad —, que nós precisamos agora fazer um belo projeto juntos, para tratarmos das instituições estaduais e municipais, para avançarmos também em relação a esse segmento, de fato, para haver qualidade e maior número de jovens com acesso a essas instituições. Estamos trabalhando nisso, verificando os gargalos.

Nós temos alguns limites, Deputado Gastão Vieira — V.Exa. bem sabe disso —, para passar recursos às instituições estaduais. Nós temos a contrapartida que às vezes dificulta. Então, nós estamos trabalhando isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Isso, a LDO.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Ah! Obrigado, Deputado Alex. Se tirar, vai ser muito bom para nós, porque ajuda.

Nós estamos enfrentando dificuldades. Há, por exemplo, cinco instituições estaduais — esse é um caso específico — que entraram no Sistema de Seleção Unificada, e por isso nós vamos aportar recursos para a assistência estudantil.



Estamos tendo dificuldade devido a essas questões legais. Mas estamos trabalhando e precisamos, com certeza, trabalhar com esse segmento.

A universidade...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Mas a cobertura continuará... Eu acho que essa situação precisa ser olhada de maneira mais rápida. Essa situação do meu Estado, de que estou dando exemplo, com certeza é grave, porque muitos alunos vão ficar sem ter onde estudar. Nós temos uma universidade estadual e uma universidade federal. E as municipais, que na minha opinião cobriam uma lacuna da própria União, agora vão ser fechadas.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Por isso, Deputada, nós estamos nos reunindo com eles, exatamente para fazermos com agilidade. Nós estamos nos reunindo, vendo os problemas, os gargalos, em termos de Brasil. Mas lá realmente é um fato; eu conheço a situação de lá; tenho conversado com os reitores, com o Reitor Alex. Enfim, nós estamos trabalhando e vamos ser ágeis. Agora, para algumas coisas, nós precisamos realmente da legislação. Tem que haver alguma modificação na legislação, para que tenhamos os mecanismos para fazê-lo.

Quanto à UAB, nós estamos fazendo uma modificação. Fizemos já uma reunião na Universidade Aberta do Brasil. Na realidade, a ideia dessa universidade era de que os instrutores fossem bolsistas, mas ligados às instituições, ou ligados às Prefeituras, ou ao Estado, enfim. Que fosse uma bolsa, mas que eles já fossem pessoas ligadas ao sistema público, ao sistema federal ou estadual. E realmente, em alguns casos, nós estamos fazendo as correções necessárias porque, evidentemente, bolsa é bolsa, é algo transitório, por um momento, e não pode ser algo que vá suprir uma relação de trabalho. Nós estamos fazendo agora a reestruturação e vamos aportar professores para os polos da Universidade Aberta do Brasil. Já aportamos uma quantidade e vamos aportar mais.

Acerca dessa questão que a Deputada qualifica muito bem, nós estamos trabalhando muito, e eu tenho que dizer também que as universidades estão respondendo a isso. A Deputada falou da universidade pública. Eu sempre tenho conversado com os reitores, até como ex-reitor, sobre a quem serve a universidade. A universidade só vai ser de excelência quando tiver relevância e inserção social;



quando os conhecimentos dela saírem da biblioteca e chegarem às pessoas que de fato necessitam deles. Então, ela precisa interagir.

Outro dia eu conversava sobre um caso específico. No entorno de uma universidade das mais bem conceituadas deste País o IDEB é muito baixo. Isso não pode acontecer.

Eu tenho conversado com Pilar, Secretária de Educação Básica, tenho conversado com os reitores. Todos são sensíveis. Então, nós estamos fazendo um projeto — Secretaria de Educação Superior, Secretaria de Educação Básica e as universidades —, para que haja esse comprometimento, Deputado Gastão. Nós não podemos ter uma universidade de excelência, mas no seu entorno, Deputada — e essa é a sua preocupação — ter IDEB baixo.

Há também a questão da licenciatura. Foi por isso que eu disse que o nosso programa, o PIBID, faz essa ligação. O estudante de licenciatura vai às escolas públicas, mas retorna para a universidade e traz para dentro dela a realidade, fazendo a modificação também. Nós temos que modificar, nós temos que trabalhar. E eu vou dizer que as universidades estão prontas. Nós estamos trabalhando nas diretrizes curriculares. Temos que modificar.

Quer ver uma coisa interessante, Deputado Artur Bruno? Nós estávamos num evento, e um estudante de licenciatura me disse: *“Olha, eu estou me formando, vocês estão falando em educação a distância. Eu não vi nenhuma disciplina de educação a distância. Como eu vou ser professor de educação a distância?”* Vejam que coisa curiosa! Então, nós precisamos aprender. Nós estamos formando professores, nós temos o programa da Universidade Aberta, e o nosso estudante de licenciatura não está tendo nenhuma informação — ou formação — sobre isso.

Então, a senhora está perfeita nessa análise. Nós estamos trabalhando nisso, para que possamos, a partir daí, melhorar a nossa educação básica e ter uma interação mais efetiva. São projetos robustos, sólidos, os que nós estamos fazendo. Temos a cooperação das instituições, para poder atuar de fato e ter resultados rápidos, porque estamos também numa situação de necessidade imediata.

O nosso ex-reitor me disse que reitor é sempre magnífico. Então, magnífico Deputado Newton Lima, acho que o senhor foi perfeito. Eu acho que esse Plano Nacional de Educação, pegando a provocação do nosso Deputado Canziani, é isso



mesmo: se pudesse escolher um dos 19 pontos, seria o da valorização do professor. Nós não vamos avançar, se não valorizarmos o professor. Isso está ali colocado, bem como o piso. Tem que haver valorização social, referência. Nós precisamos fazer isso. Senão, não vamos avançar.

Alguém, não me recordo quem — acho que foi o Deputado Artur Bruno —, falou algumas coisas sobre financiamento. Eu queria dizer uma coisa importante: o Brasil passou, na educação, de 3,9% do PIB para 5% do PIB.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Quase 5,4%.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Quase chegando a 5,4%. Não é, Deputado Gastão?

Esse aumento não foi para o ensino superior, que continuou com 0,7%. Não houve um ponto sequer de aumento para o ensino superior. Então, esse aumento de 1,1% ou de 1,5% foi para a educação básica. Isso é importante.

Gente, isso é importante. E o Deputado Artur Bruno não colocou dessa forma, mas para uma reflexão. Mas, se nós chegarmos em qualquer país avançado do mundo e perguntarmos onde se deve investir mais em educação, no ensino superior ou no ensino básico, as pessoas não vão levar a sério essa pergunta, porque nós precisamos investir na educação. Nós precisamos acabar com esse discurso. Não pode haver essa dicotomia. Este País precisa investir na educação. Ele está investindo na educação.

Se nós tivermos boa universidade, e de fato essa universidade — e, quando falo em universidade, eu me refiro a instituição de ensino superior, a centros universitários, às nossas faculdades, às nossas universidades públicas — for boa, vamos ter um bom ensino, porque vamos formar bem os professores profissionais. Então, é disso que nós precisamos.

O Governo do Presidente Lula, para mim, e agora o Governo da Presidenta Dilma têm uma clareza muito grande nesse aspecto, porque isso é fundamental. Quebrou-se esse discurso que havia anteriormente: *“Onde vamos investir mais?”*

Acho que é importante que avancemos nesse sentido.

Deputado Newton, quanto à sua provocação sobre os institutos federais, eu acho que passar de 20 para 50 talvez quebrasse um pouco o projeto pedagógico deles, que precisam também de Ciência e Tecnologia, área de que nós precisamos.



Vinte por cento, com os outros incentivos que estamos fazendo, eu acho que vai atender a demanda. O senhor tem razão. Nós temos que pensar no seguinte: *“Eu quero melhorar o salário, eu vou melhorar o reconhecimento social, eu vou ter demanda. E aí? Como é que eu faço?”* Nós não podemos, amanhã, ter um apagão de licenciados. Acho que o que senhor está falando, com muita propriedade, é isso. Hoje nós estamos pagando o preço do apagão em alguma áreas. E nós não podemos ter isso. O senhor está perfeito nesse aspecto.

E eu vou citar outro número interessante, um dado interessante, do Sistema de Seleção Unificada, que estamos monitorando. Não temos divulgado, mas este, evidentemente, é um local de debate, e é importante que falemos sobre isso. Quando nós tínhamos o vestibular convencional para os nossos cursos de licenciatura, às vezes sequer eram preenchidas as vagas. Nós não tínhamos um candidato por vaga ou dois. Hoje, no Sistema de Seleção Unificada, não há curso de licenciatura com menos de dez candidatos por vaga. Não há com menos de dez!

Mais do que isso: na última avaliação que nós fizemos, Deputado Newton e Celso, na pontuação dos primeiros colocados para os cursos de licenciatura de Pedagogia e de Engenharia não havia diferença. Eram candidatos com 860 pontos, com 870 pontos. Deputado Gastão, o primeiro colocado em Pedagogia, no ano passado, podia escolher qualquer curso deste País, mas ele escolheu Pedagogia. Os colocados em licenciatura tinham pontuação para entrar em qualquer curso. Eles escolheram licenciatura. Isso é fascinante! Isso é muito bom porque o sistema parece que permitiu que nós...

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - É preciso divulgar isso, Cláudio. Isso é muito importante.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - É porque nós precisamos de mais 1 ano. Com este ano vou divulgar, porque agora já está consolidado. Eu vi um dado. *“Será que é um ponto fora da curva ou um ponto na curva?”* Agora me parece que é um ponto na curva, é uma tendência da curva.

Então, vejam o que eu estou entendendo disso: aquele jovem que queria fazer licenciatura e não podia agora pode. *“Eu quero licenciatura”*. Agora, é claro, ele tem que ser estimulado por outras coisas, se não esse sonho dele se quebra. Quando o jovem entra na universidade, ele procura muito mais do que o diploma.



Ele está buscando um sonho. Nós não podemos quebrar isto: *“Eu tenho o sonho de ser professor de ensino médio neste País”*. Mas aí começa a ser desestimulado porque não tem... Então, nós precisamos alimentar esse sonho dele.

O Deputado Newton lembrou muito bem as medidas afirmativas que têm transformado este País. No PROUNI, por exemplo, é muito bom verificarmos a quantidade de estudantes das escolas públicas; nas universidades federais, aumentou o número de estudantes das escolas públicas; a quantidade de negros neste País, de mulheres. Quer dizer, nós mudamos a cara do ensino superior brasileiro: ele está muito mais democrático, representando muito mais a nossa sociedade.

O Deputado Raul Henry coloca algo importante. Eu vou aqui, em primeira mão, citar um dado. Essa preocupação do Deputado é legítima e foi nossa também. Mas vou dar uma boa notícia, Deputado: isso não está ocorrendo. Ao contrário. Nós também tínhamos essa preocupação e estávamos monitorando isso. Os senhores perceberam que o que o Deputado coloca é muito importante. Com o Sistema de Seleção Unificada, nós fazemos aquilo que um país democrático deve fazer: o estudante que tem a melhor nota pode escolher aquela universidade que ele quer, independentemente da região geográfica. Muito bem. Mas, no Brasil, nós temos que nos preocupar com a questão regional, por causa das assimetrias. Então, nós temos que estar atentos a isso.

Havia essa preocupação legítima. Será que nos cursos mais concorridos — e o Deputado citou, por exemplo, a Medicina — eu tenho uma boa universidade? E temos diversas no Norte e no Nordeste. Será que o estudante do Sul e do Sudeste vai fazer mais pontos que o estudante de lá e vai para lá? Eu posso dizer, com tranquilidade, Deputado, que isso não está acontecendo e vou me permitir citar uma universidade: a Universidade Federal do Ceará, e o seu Curso de Medicina. Havia essa preocupação, porque é uma universidade de ponta. Houve grande concorrência. O número de estudantes de fora, hoje, corresponde a 7%. É menos do que era antes.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Luiz Cláudio, permita-me um aparte.

Quem está reclamando muito é São Paulo, porque 25% dos alunos que ingressam no ITA são cearenses.



O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - São Paulo está preocupadíssimo!

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Mas é verdade. Eu acho que quebraram duas coisas.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - *(Risos)* E para mim esse dado foi maravilhoso. Sabe o que aconteceu, Deputado? E isso é importante. Da própria região, pessoas que sequer tinham condições de fazer o vestibular da federal, do interior, hoje fazem e vão para lá. Da própria região.

Então, veja bem: hoje, na Universidade Federal do Ceará e em todas as outras, o número de estudantes de fora é menor do que era no vestibular convencional. Isso é fascinante.

E mostrou também aquilo que todos nós conhecíamos: que pode haver diferenças regionais neste País, mas não diferença de capacidade e competência do nosso povo. Quando se dá oportunidade igual, ele responde e atende.

Então, isso foi muito bom. Eu queria tranquilizá-lo. A preocupação é legítima. Nós estamos monitorando isso. Agora, o sistema só vai se equilibrar quando houver mais vagas. No primeiro, houve uma migração em torno de 24%. Neste ano, foi de menos de 15%, que é normal com o vestibular tradicional. E agora nós estamos reduzindo. Então, essa preocupação é legítima, mas isso não está acontecendo. Isso é muito bom para o País e muito bom para o sistema.

Eu queria falar da importância de outra coisa que o Deputado coloca — e a Deputada Professora Dorinha falou sobre isso também. Nós estamos fazendo, Deputado Raul Henry e Deputada Professora Dorinha, o mapa do ensino superior brasileiro. Eu acho que o nosso avanço agora tem que ser estratégico. Nós estamos fazendo o mapa do ensino superior de cada Estado, o mapa regional, o mapa por área de conhecimento. E temos também a demanda deste País. Nós sabemos, por exemplo, que, para cada milhão de dólares que investimos neste País, precisamos de um engenheiro. Há 286 mil vagas para engenheiro neste País, hoje, mas de forma assimétrica: há menos vagas em algumas regiões; no Maranhão, por exemplo, há poucas vagas na área de engenharia.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Só há dois cursos na federal.



O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Dois cursos na universidade federal. E nas universidades privadas são poucos também. Em algumas regiões há mais.

Então, nós estamos fazendo esse mapa para todas as áreas de conhecimento deste País, para, a partir daí, ter um quadro claro. E mais: nós temos dialogado diretamente com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nós temos investimentos de curto, médio e longo prazos. *“Olha, nós vamos precisar de tantas vagas de engenheiro neste País. Nós vamos precisar de engenheiro nessa área de Ciência e Tecnologia”*. É claro que há áreas que o mercado não vai pedir, mas o nosso povo pede. Vamos ter cursos estratégicos. Vamos supor: na área da dança, na área da música, porque faz parte da nossa formação.

Então, nós estamos fazendo isso para não correr o risco... E é verdade. O Deputado deu números perfeitos: temos uma defasagem na formação de doutores, na graduação também, no número de engenheiros. Há 286 mil vagas para engenheiro, mas a formação é muito pequena, e há uma taxa grande de evasão. Para os senhores terem ideia, dos estudantes que entram hoje na graduação de Engenharia, somente 30% se formam. Trinta por cento. E mais: no passado, somente 30% desses 30% atuavam na área. Os nossos engenheiros estão no sistema financeiro e em outras áreas. Nós precisamos rever isso.

Então, estamos fazendo todo esse quadro para ter de fato o Brasil bem estruturado: Em que área há vagas? Em qual região? Onde há presença da universidade pública? Onde há a presença da universidade privada? No que nós precisamos crescer aqui? Ou seja, a nossa expansão tem que ser profundamente estratégica para atender às demandas do nosso País. Nós estamos fazendo isso. Fizemos a última rodada de reuniões com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Acredito que, em julho ou agosto, nós teremos isso pronto, pelo menos nas áreas em que estamos atuando primeiro. Nós vamos apresentar isso e depois vamos apresentar para as outras. Se não, corremos de fato o risco de ter um crescimento desordenado na oferta de vagas, o que não atende ao que o nosso País precisa. Isso, efetivamente, da mesma forma, estamos fazendo na pós-graduação.



Eu procurei atender a todos. Mas estou à disposição.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Formação de professores.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Eu falei um pouco disso. A formação de professores nós estamos mudando. Eu disse que o PIBID, um programa belíssimo, faz essa transformação toda. Nós estamos mexendo nas diretrizes curriculares. Ampliamos bastante as vagas.

E quero dar um testemunho aqui também da importância das universidades confessionais. Nas universidades confessionais, os cursos mais bem estruturados, que têm pessoal mais qualificado, são os cursos de formação de professores. Então, nós estamos trabalhando com elas também. As públicas têm esse compromisso, os institutos. Nós estamos trabalhando muito na primeira licenciatura, na segunda licenciatura, na pós-graduação. Nós estamos permitindo ao professor fazer a sua pós-graduação a distância, para ele se qualificar; o mestrado profissionalizante presencial. Então, nós estamos trabalhando. É uma prioridade, hoje, do Ministério o treinamento dos nossos professores.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sobre a questão da avaliação do docente. O Presidente, aliás, apresentou um projeto de lei; o Ministro também tinha uma proposta. Mas a proposta, na minha visão, encolheu. Falo sobre a questão de um exame nacional de conclusão de curso das licenciaturas, sobre a ideia de um banco de dados. Hoje só existe essa ideia de banco de dados para concurso. Mas a ideia era de que realmente houvesse um exame final, como forma de certificação. Eu acho que seria um grande avanço. Vários países já têm esses exames de certificação. É uma forma de garantir um padrão de qualidade na formação do professor, de induzir as instituições formadoras a mudarem o seu currículo.

O próprio Ministério enviou uma proposta para cá e o Presidente também tem uma proposta bastante interessante em relação a essa questão...

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Deputada Dorinha, um aparte.

Acho que nesse exame teria que ser incluída também a prova didática. Eu acho que um grande problema dos concursos de professores é apenas, muitas vezes, a prova escrita. Não se garante que aí haverá um professor.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - O problema de conteúdo é grave.



O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Só para reforçar: quando eu falei da formação dos professores...

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Ninguém olha para a esquerda, Padre José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Ninguém olha. A esquerda sempre foi desprezada.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - (*Risos*) Essa avaliação, Dr. Cláudio, é praticamente consensual. A formação é muito voltada para a Filosofia, para a teoria e pouco para a didática, pouco para a prática em sala de aula. Essa é uma avaliação consensual. Qualquer corrente política tem essa avaliação em relação aos cursos de formação de professor.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - O Deputado Henry está perfeito. Agora, eu vou voltar novamente à questão do PIBID: ele está transformando isso. Nós temos 30 mil bolsistas hoje neste País. E nós vamos passar para 100 mil no ano que vem. A bolsa é maior do que uma bolsa de iniciação científica. Ele tem todo o *status*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Que programa é esse?

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência — PIBID.

Ele pega o estudante de licenciatura; esse estudante de licenciatura atua na rede pública e ganha uma bolsa para isso. Ele vai lá, ele dá aula, ele prepara, ele está do lado do professor. O que ele está vendo? Está vendo exatamente isto: que aquela teoria não adianta, que ele precisa da didática! Então, o que ele está fazendo? Ele está transformando o currículo internamente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Mas os doutores é que têm que ir para lá, então. O professor é que tem que ir porque a resistência é da universidade!

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Deputada Dorinha, vai o orientador da universidade. Nós estamos fazendo uma transformação cultural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Quantas bolsas são, Luiz?

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Hoje são 30 mil. Nós vamos passar para 100 mil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Por exemplo: o Maranhão deve ter, no mínimo, cem bolsistas.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Ou mais. Eu não tenho o número por região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu não tenho notícia de nenhuma escola pública que tenha um bolsista desses atuando.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Mas tem. Eu vou trazer...

Nós vamos fazer, no segundo semestre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Traga. Eu queria ir atrás disso.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Eu vou mandar, Deputado. Eu me comprometo a mandar os números por Estado.

Nós vamos fazer no segundo semestre um grande congresso. Eu já quero convidar esta Casa para participar, para ouvir os testemunhos desses jovens.

E a Deputada Dorinha tem razão. Para cada estudante desses há um doutor orientador. Ele também tem que ir lá. Houve resistência? É muito interessante. A Deputada está perfeita, o Deputado Henry está perfeito nisso. Nós tivemos resistência dos dois lados, no início Eu tinha resistência da escola, que não queria receber — “esse cara vai incomodar” —, e eu tinha resistência da universidade. Mas hoje isso está se quebrando. É essa mudança cultural, natural. Eu acho que está se fazendo uma revolução, porque é isso o que o estudante prefere. Não adianta essa teoria.

Esse programa é fascinante. E os senhores que são também apaixonados pela educação... Há momentos que nos levam realmente a ficar comovidos com o que vemos e com os testemunhos. Nós vamos fazer esse grande seminário para que os senhores participem e ouçam o testemunho deles.

Deputada Dorinha, professores doutores já me disseram o seguinte: “*Eu realmente estava enganado*”. Percebe?

Gente, a excelência acadêmica não tem a menor contradição com a relevância, com a realidade, com a inserção social. É isso que nós precisamos quebrar. Podemos fazer os dois da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Com a palavra o Deputado José Linhares.



O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Dr. Cláudio, com a licença do nosso Presidente, eu estou com uma dúvida. Eu acho que o Deputado Artur Bruno está acompanhando algumas manifestações, de universidades públicas criando institutos privados. E, nesses institutos privados, naturalmente, o aluno paga, mas quem dá o certificado, o diploma, é a universidade.

Eu não sei se o Ministério está acompanhando essa realidade de âmbito nacional.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Deputado, universidade pública é instituição pública; diploma gratuito não tem que pagar. Se há alguma universidade criando institutos públicos e fazendo esse *by-pass*, está completamente equivocada. O Ministério não tem conhecimento disso e, evidentemente, não se coaduna com tal procedimento. Se é universidade pública, o seu diploma tem que ser público, tem que ser gratuito, tem que ter qualidade. O Ministério não tem conhecimento disso. E, por favor, Deputado, havendo isso, passe-nos a informação, porque evidentemente não é a filosofia do Ministério, não é a filosofia deste País — tem muito claro aquilo que aponta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Nós podemos trazer exemplos vivos...

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - ... de vários “ivas”, das “uvas da vida”. Podemos levar isso ao Ministério. Eu acho que isso é uma distorção do que pensamos sobre o ensino público.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Dr. Luiz Cláudio, eu queria fazer apenas duas observações.

Em primeiro lugar, quero dizer ao senhor da satisfação de todos os Parlamentares com que tenho conversado com o clima inteiramente novo que hoje existe na Secretaria que V.Sa. dirige. Há absoluta tranquilidade por parte de todos os Parlamentares nessa relação com a SESU. Mudou da água para o vinho. Mudou tanto que a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior que havia aqui acabou. Não precisa mais. Isso significa que o diálogo está aberto, tranquilo, sem grandes problemas para o entendimento com os senhores lá.



Em segundo lugar, hoje de manhã, nós fizemos uma audiência sobre o PRONATEC. Muito boa. O Ministro foi muito feliz hoje aqui. O projeto é simples, é bom, é objetivo. Mas eu senti falta de uma coisa: da presença das universidades federais, a não ser como recebedoras de parte do financiamento para a execução de algum tipo de treinamento na área técnica. Bom, isso não me causa surpresa, mas eu acho que deveria ser forte o papel das universidades federais na formação do PRONATEC.

E outra coisa me chamou a atenção — e o senhor pegou o Maranhão: a Pitágoras tem cinco cursos de Engenharia aprovados, e a UNDB tem três cursos de Engenharia aprovados. Como a iniciativa privada tem um conceito de custo e de gasto melhor do que o setor público, elas têm um único laboratório para os cinco cursos de Engenharia. Não é que vá faltar para os outros cursos. Elas conseguem, com um único grande laboratório, atender ao curso de Engenharia de Produção, de Química etc.

Há uma ociosidade enorme nesse equipamento, como há na universidade federal, que tem o doutorado em Engenharia Elétrica e tem um curso — não me lembro bem — de Engenharia Química, alguma coisa nesse sentido. Por que não aproveitar esses equipamentos e incentivar essas instituições a oferecerem cursos técnicos? Não há uma palavra sobre isso.

Então, a Pitágoras vai ter seis cursos de Engenharia em São Luís, mas o Estado não tem nada na área técnica. SENAI e Sesi, timidamente, vão atender a eles e vão fazer tudo para não atender a essa outra demanda. E eu vejo as instituições privadas ali disponíveis não serem chamadas para trabalhar um pouco nessa política de extensão.

Eu gostaria de propor — e não quis falar de manhã porque estava muito confuso — que V.Sa. levantasse essa bandeira. Nós precisamos aproveitar melhor esses alunos das instituições privadas para uma série de atividades complementares.

V.Sa. estava falando desse programa que achei ótimo...

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - PIBID.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu fui gerente do Programa de Bolsas de Iniciação Científica quando era do CNPq. A Bolsa de Iniciação



Científica, Deputado Artur, era dada ao aluno. O Comitê Assessor julgava a capacidade do aluno de virar um grande cientista. Essa era a regra. O menino se virava: tinha de mandar relatório; aquilo passava pelo Comitê Assessor; era uma confusão. Depois nós entregamos um grupo de alunos a um doutor, líder de um projeto de pesquisa. Aí deu errado. O cara usava os alunos para o projeto de pesquisa dele, para atividades que muitas vezes não tinham nada a ver com aquilo que se propunha o programa.

Então, eu acho que esse programa é ótimo. Essa experiência de um aluno e um professor em sala de aula, um passando experiência e o outro passando os novos conhecimentos, como Nova Iorque fez — e deu muito certo a reforma educacional de Nova Iorque... Eu acho que você é a pessoa adequada. Vamos tentar aproveitar melhor esse potencial das instituições privadas.

Lá no Maranhão nós não temos APAE em todos os lugares. Temos em mínimos lugares. Outro dia estalou uma coisa na minha cabeça, fui à Faculdade de Santa Terezinha, ligada à APAE; colocaram num ônibus professores, alunos dos últimos anos, formandos; fomos a um Município do Maranhão e, durante o dia inteiro, esses alunos, orientados pelos professores, fizeram diagnósticos de pessoas com necessidades especiais, conduziram para o próprio pessoal deles aqueles casos mais graves, deram atendimento, fizeram diagnóstico dos outros casos. Durante um dia inteiro. Quando eles foram embora, parecia festa no Município! O Município nunca tinha visto aquilo. Havia menino com cera no ouvido considerado surdo. Lavou-se o ouvido do menino, e ele passou a ouvir tudo! Nunca tinha acontecido nada!

Então, por que não transformar isso numa prática? Principalmente para esses alunos que têm bolsa do FIES, bolsa do PROUNI, etc. e tal. Eu gostaria muito de ver incentivado esse tipo de união, de junção de esforços para superar os problemas.

Com relação ao que V.Sa. falou para o Deputado Raul, havia um *campus* da Universidade Federal do Maranhão no Município chamado Chapadinha. O vestibular tradicional era para Agronomia, Zootecnia e Biologia. Das trinta vagas oferecidas, a média de ocupação era de dez vagas. Sobravam vinte vagas todos os anos. Agora, via ENEM, via novo sistema, todas as vagas são preenchidas, sendo 70% de



maranhenses. Portanto, a vinda de gente de fora, que imaginávamos que seria em número muito grande, não aconteceu efetivamente.

Alguma pergunta mais? Algum assessor? Alguém quer fazer alguma pergunta? Não? *(Pausa.)*

Então, eu quero agradecer bastante ao Dr. Luiz Cláudio...

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Deputado Gastão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado Artur.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Para os dois, se pudesse... Eu ouvi uma informação sobre o PROUNI, que eu acho fantástico: de que aquelas bolsas de 50% não estariam sendo utilizadas, e o Governo teria a pretensão ou de acabar, ou de diminuir. Eu queria ouvi-los sobre isso. E por que algumas instituições, Prof. Celso, não aceitam, não aderem? Por quê?

Eu acho que é algo fantástico, que é algo que seria uma contribuição social imensa. E não há prejuízo para essas instituições privadas. Por que elas não aceitam?

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Deputado Artur Bruno, falando da primeira parte, não existe plano do Ministério de acabar com a bolsa de 50%. Ela é relevante, ela é importante socialmente, ela é importante para as instituições. E agora o que nós estamos fazendo é divulgar muito mais a questão do FIES com essa bolsa. O estudante, então, recebe a bolsa de 50%. Ele pode ter o FIES sem fiador. Ele não precisa de fiador. Então, se ele tiver dificuldade, ou seja, se ele passou da renda de 1 salário mínimo e meio, mas vai até a renda de 3 salários mínimos, tem 50% da bolsa e tem o FIES sem fiador, sem burocracia alguma, nas mesmas condições dos outros 50%.

E temos dialogado muito com o setor privado também, que nos diz que a bolsa é importante por diversas razões. Então, não há no Ministério nenhuma disposição para terminar com a bolsa. Mas a pergunta é boa. Hoje, quase todas as instituições estão no FIES e no PROUNI. Não é, Prof. Celso? Acho que é bom você falar um pouco.

O SR. CELSO FRAUCHES - Bom, sobre o PROUNI, o Prof. Luiz Cláudio praticamente deu toda a informação. Agora, em relação às instituições privadas que



não aderem ao PROUNI nem ao FIES, eu acredito que hoje sejam poucas. O PROUNI comprova que é uma excelente iniciativa do Poder Público.

Essa questão de acabar com as bolsas de 50% o Prof. Luiz Cláudio já esclareceu. Isso realmente foi um boato, e não vai acontecer mais. Então, eu acredito que, sobre isso, daqui para a frente não vai haver mais problema.

E essa questão de associar o FIES ao PROUNI, eu acho que isso veio realmente complementar o que o PROUNI não podia fazer quando o aluno recebia 50%.

Só para completar e terminando, a respeito da meta única, eu acho difícil porque as metas geralmente são quantificadas e também qualificadas, mas eu diria que seria a melhoria contínua da educação como um todo. Agora, a valorização do profissional, do professor, isso realmente poderia estar na estratégia número 1 dessa meta única.

Houve a pergunta sobre a avaliação, porque nós propusemos uma avaliação bienal do PNE, e o Deputado Esperidião Amin disse que existe uma emenda para 1 ano. É evidente que nós não teríamos nenhuma objeção a isso, mas nós não temos nem esse poder. Agora, se realmente o monitoramento for contínuo e anualmente houver essa divulgação, essa publicização, eu acredito que a sociedade vai tomar conhecimento e o próprio Ministério, na medida em que identificar essas questões, vai tomar as medidas necessárias.

Na questão das licenciaturas, eu tenho a impressão de que o problema mais sério é a prática. Por que o Prof. Luiz Cláudio falou que nas instituições confessionais são os melhores profissionais oriundos da licenciatura? Porque nas confessionais, geralmente, além da educação superior, eles têm os colégios que são acoplados, as antigas escolas de aplicação. Então não há muita dificuldade desse relacionamento. Fora daí, realmente, eu creio que o Ministério da Educação criou um instrumento novo de avaliar a pedagogia, mas deveria criar realmente um instrumento novo para avaliar a licenciatura e muito mais aprofundar na questão da prática. Esse me parece o problema central, que não se avalia adequadamente o estágio em condições reais de trabalho do aluno da licenciatura. É uma avaliação de um item só que eu creio seja o mais importante.



Há algum tempo, quando estava se discutindo normal, superior e pedagogia, uma professora disse assim: *“Vocês gostariam de ser operados por um cirurgião que tivesse feito Sociologia da Cirurgia, Psicologia da Cirurgia, História da Cirurgia, ou por um cirurgião que fez realmente a prática da Anatomia e da Fisiologia e assim por diante?”* Eu penso que com o professor é a mesma coisa: a História da Educação, a Sociologia da Educação e a Filosofia da Educação são importantíssimas, mas a prática fica relegada a segundo plano. Eu acredito que o Prof. Luiz Cláudio — eu também devo reconhecer de público — é a grande novidade da educação superior do Ministério da Educação nos últimos, talvez, 20 anos. Pela falta de cabelo e pelos cabelos brancos, já acompanho isso há mais de 40 anos. É a primeira vez que eu vejo um Secretário de Educação envolvido realmente na solução de problemas e não na teoria apenas.

Muito obrigado. Em nome da ANACEU e dos demais integrantes das instituições superiores privadas, eu agradeço a oportunidade de trazer a nossa modesta contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Bom, nós é que queremos agradecer a presença de vocês dois aqui, tanto do Celso quanto do Prof. Luiz Cláudio. Foi muito produtiva a audiência pública, pela maneira como os assuntos foram colocados. A Michele não precisa se preocupar, não vai perder o emprego, essa coisa de acabar as frentes, para mostrar que o ambiente está muito bom lá ...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Exatamente. Quero agradecer ao Dr. Celso. Quero agradecer ao Prof. Luiz Cláudio, quero agradecer a todos.

A próxima audiência pública que nós vamos ter, está aqui com o Deputado Paulo Rubem, vai ser sobre fontes de financiamento para a educação. A partir de sexta-feira, a Terezinha vai disponibilizar para todos o nome dos convidados. Sexta-feira — é isso, Dra. Terezinha? —, nós vamos disponibilizar todas as emendas.

Essas emendas do Plano foram ótimas. Fizeram uma revolução dentro da Casa. A Câmara teve de refazer tudo, do CENIN, pela quantidade de emendas. Há disponibilidade de um trabalho feito pelo Dr. Paulo de Sena, da Consultoria. A UNDIME nos chamou ontem e também nos entregou uma relação com todas as



emendas, e na sexta-feira nós vamos divulgar as emendas em forma de relatório. Podemos confirmar então isso aqui, Paulo? De fonte de financiamento para quarta-feira?

Agradeço, portanto, a presença dos senhores expositores, das Sras. e dos Srs. Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada presente reunião.